

Fábio Rodrigues da Costa

(Organizador)

A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PESQUISA:

**ENTREVISTAS COM PESQUISADORES
DA UNESPAR**



EDUNESPAR

Fábio Rodrigues da Costa
(Organizador)

A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PESQUISA:

**ENTREVISTAS COM PESQUISADORES
DA UNESPAR**



2024



EDUNESPAR

Editora da Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

REITORA

Prof^a. Dr^a. Salete Paulina Machado Sirino

DIRETOR DA EDUNESPAR

Prof. Dr. Luis Fernando Severo

PROJETO GRÁFICO E DESIGN

Fábio Rodrigues da Costa



EDUNESPAR

Rua Saldanha Marinho, 131
CEP 80410-150 – Curitiba/PR

Ficha catalográfica

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão
Bibliotecária Responsável: Liane Cordeiro da Silva CRB 1153/9

I34 A importância social da pesquisa: entrevistas com
pesquisadores da Unespar. / Fábio Rodrigues da Costa
(org.). – Campo Mourão: Edunespar, 2024.
101 p.; color.

Formato: Livro Digital

Acesso: <https://campomourao.unespar.edu.br/editora>

ISBN: 978-85-68399-04-0

1. Entrevistas. 2. Universidade Pública. 3. Pesquisa Científica. I. Costa, Fábio Rodrigues da (org.). II. Universidade Estadual do Paraná. III. Unespar. IV. Título.



2024

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Introdução.....	8
1 A UNESPAR e os Direitos Humanos: entrevista com a Professora Doutora Fabiane Freire França.....	11
2 Desenvolvimento Regional: entrevista com o Professor Doutor Jorge Leandro Delconte Ferreira.....	21
3 Turismo e Desenvolvimento: entrevista com a Professora Doutora Larissa de Mattos Alves.....	28
4 Ensino Exploratório de Matemática e Formação de Professores: entrevista com o Professor Doutor Everton José Goldoni Estevam.....	38
5 Mundo do Trabalho e Combate a Desigualdade: entrevista com o Professor Mestre Sérgio Luiz Maybuk.....	47
6 Mulheres na Literatura: entrevista com a Professora Doutora Wilma dos Santos Coqueiro.....	57
7 Empreendedorismo e Inovação: entrevista com o Professor Doutor Adalberto Dias de Souza.....	67
8 Envelhecimento da População e Políticas Públicas: entrevista com a Professora Doutora Claudia Chies.....	78
9 Agregação de Valor na Agricultura Familiar: entrevista com a Professora Doutora Andréa Machado Groff.....	86
10 História, Memória e Literatura: entrevista com o Professor Doutor Bruno Flávio Lontra Fagundes.....	92
Sobre os(as) entrevistados(as).....	98

APRESENTAÇÃO

A ciência é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A produção e disseminação do conhecimento são elementos fundamentais para promover debates sobre os mais variados temas que influenciam a vida das pessoas. Os resultados obtidos em pesquisas permitem que a verdade sobre os fatos ou fenômenos seja desnudada, mostrando a realidade existente. Assim, é possível promover debates aprofundados sobre problemas que afligem a sociedade e encontrar soluções para melhorar a vida das pessoas, seja no aspecto pessoal, social, cultural, ambiental ou econômico.

Fazer ciência é uma tarefa complexa que exige metodologia adequada, comprometimento do pesquisador, dedicação de muito tempo ao projeto e disponibilização de recursos financeiros. Os resultados das pesquisas podem contribuir para amenizar graves problemas existentes, transformando-se em dados, informações e teorias que serão utilizadas por docentes nas salas de aula, nas palestras e cursos ministrados.

O *Campus* de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná iniciou sua jornada na pesquisa em 1999, com a implantação do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (Nupem) e com a organização da I Semana de Iniciação Científica, pela então Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Foi uma longa caminhada até a implantação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* neste *campus*.

Esse processo longo, difícil e desafiador permitiu que nossos docentes e agentes pudessem avançar na qualificação profissional, fazendo com que 95,23% do nosso corpo docente obtivesse a titulação de Mestres e

Doutores, sendo possível desenvolver centenas de projetos de pesquisas em distintas áreas do conhecimento.

Este livro apresenta o trabalho de 10 pesquisadores do *campus* de Campo Mourão. As suas pesquisas trazem informações relevantes para o desenvolvimento local e regional. O conteúdo desse trabalho oportuniza debates qualificados na busca de solução de eventuais problemas existentes na região. Também a discussão sobre as próprias descobertas de cada pesquisa leva à realização de novos estudos por aqueles que concordam ou discordam dos resultados. Isso faz com que haja inovação e construção de novas políticas públicas ou de novos empreendimentos que venham a contribuir para o desenvolvimento. Esse é o papel da Universidade.

Nossos pesquisadores estão em constante formação, interagindo com outras universidades do Brasil e do exterior, e nessa aprendizagem entre pares, trocando experiências e auxiliando na construção de uma sociedade democrática, plural, inclusiva e igualitária. Além dos pesquisadores apresentados neste livro, existem dezenas de outros, com brilhantes trabalhos realizados, o que nos enche de orgulho e confiança no futuro.

Prof. Dr. João Marcos Borges Avelar

Diretor do *campus* de Campo Mourão

INTRODUÇÃO

De acordo com dados divulgados recentemente por órgãos oficiais do Estado, 95% da produção científica realizada no Brasil têm como origem as universidades públicas. A pesquisa é uma das atribuições de uma universidade e é considerada fundamental para encontrarmos as respostas para os problemas e os desafios que envolvem a sociedade. Sem produzir pesquisa de qualidade o país corre o risco de perder a sua autonomia, pois ficará dependente do conhecimento produzido por outras nações.

Infelizmente o Brasil vivenciou um período no qual as universidades públicas, assim como os seus docentes e discentes, foram covardemente atacados por grupos que divulgaram falsas informações. O intuito era desmoralizar a instituição e a sua longa trajetória de contribuições, bem como confundir a população. Passado este momento é necessário recuperar o tempo perdido e investir em pesquisa para minimizar os danos e retomar o caminho rumo ao desenvolvimento territorial.

Dentro do exposto, o *campus* de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná se destaca, no transcorrer da sua trajetória, como um importante polo regional. No que diz respeito à pesquisa, atualmente temos no *campus* mais de 100 projetos cadastrados na Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação. Tais projetos são coordenados por professoras e professores com titulação de doutor(a) ou mestre(a) com larga experiência profissional e significativa contribuição social.

Os projetos de pesquisa em vigência abordam diversos temas do conhecimento, entre os quais destacamos: tecnologias da informação, políticas públicas, geração de emprego e renda, alfabetização financeira,

controle gerencial, contabilidade, cidadania e política, empreendedorismo, internacionalização, práticas discursivas, literatura, formação de professores, educação, modelagem matemática, emancipação da mulher, direitos humanos, agricultura familiar, cooperativas rurais, dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, religião, história, história pública, turismo, proteção de nascentes, gestão de resíduos sólidos, envelhecimento da população, entre muitos outros.

As ações realizadas na Unespar estão pautadas na qualidade e tem se mostrado fundamentais para a realização do desenvolvimento territorial e para a promoção da justiça social. Por isso, a produção de conhecimento via pesquisa científica é tratada como uma das prioridades pelos gestores da universidade e por seus docentes.

O livro “A Importância social de pesquisa: entrevistas com pesquisadores da Unespar” agrupa um conjunto de entrevistas realizadas com pesquisadoras e pesquisadores vinculados a Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão. As entrevistas foram inicialmente divulgadas na página da instituição no transcorrer do ano de 2023. O objetivo foi dialogar com professoras e professores que possuem projetos de pesquisa consolidados e divulgar para a comunidade as suas principais contribuições científicas.

Neste aspecto, o livro procura demonstrar a importância da pesquisa e o seu valor social para toda a região. É válido mencionar que as pesquisas produzidas na Unespar extrapolam os limites regionais e contribuem para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil. O livro também procura estimular os jovens a se envolverem com o mundo da pesquisa acadêmica. Um mundo onde a curiosidade e a busca por respostas geram novos conhecimentos que podem mudar para melhor a vida das pessoas.

O livro conta com dez entrevistas apresentadas sem ordem de prioridade, sendo que cada entrevistado(a) pertence a um dos Colegiados dos cursos da graduação do *campus*: Pedagogia, Ciências Contábeis, Turismo, Matemática, Ciências Econômicas, Letras, Administração, Geografia, Engenharia de Produção Agroindustrial e História.

A primeira entrevista foi realizada com a Prof^a. Dr^a. Fabiane Freire França e abordou a importância dos Direitos Humanos. O segundo entrevistado foi o Prof. Dr. Jorge Leandro Delconte Ferreira que versou sobre o Desenvolvimento Regional. A terceira entrevista foi com a Prof^a. Dr^a. Larissa de Mattos Alves e tratou da relação entre Turismo e Desenvolvimento. O quarto entrevistado foi o Prof. Dr. Everton José Goldoni Estevam que abordou o Ensino Exploratório de Matemática. A quinta entrevista foi com o Prof. Me. Sérgio Luiz Maybuk e discutiu o Mundo do Trabalho e o Combate a Desigualdade. A sexta entrevistada foi a Prof^a. Dr^a. Wilma dos Santos Coqueiro, que tratou das Mulheres na Literatura. A sétima entrevista foi feita com o Prof. Dr. Adalberto Dias de Souza e discorreu sobre Empreendedorismo e Inovação. A oitava entrevistada foi a Prof^a. Dr^a. Claudia Chies que debateu o Envelhecimento da População e as Políticas Públicas. A nona entrevista foi com a Prof^a. Dr^a. Andréia Machado Groff e refletiu a Agregação de valor na agricultura familiar. O décimo entrevistado foi o Prof. Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes, que tratou da temática História, Memória e Literatura.

Convidamos à leitora e o leitor para conhecerem um pouco mais sobre o que é produzido pelas pesquisadoras e pesquisadores da Unespar e algumas das suas ações acadêmicas. Boa leitura.

1

A UNESPAR E OS DIREITOS HUMANOS:

Entrevista com a Professora Doutora Fabiane Freire França

A professora Fabiane Freire França possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e integra o Colegiado de Pedagogia da Unespar, no *campus* de Campo Mourão. Também atua no Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD). Já publicou 53 artigos científicos, cinco livros e 30 capítulos de livros. Orienta tese de doutorado, dissertação de mestrado, monografia de conclusão de curso e estudantes de iniciação científica.

As suas pesquisas estão direcionadas para o estudo da Educação em Direitos Humanos, Políticas de Direitos Humanos no Ensino Superior, gênero, diversidade, tecnologias digitais, novas tecnologias na educação, mídias na formação docente, entre outros temas. Participa ativamente em eventos de abrangência nacional e internacional. É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura – GEPEDIC.

ENTREVISTA

1) Professora Fabiane, como foi a sua trajetória acadêmica até se tornar uma pesquisadora?

Agradeço imensamente a Divisão de pesquisa, por me fazer este convite e me permitir retomar a trajetória acadêmica que tenho muito apreço e afeto. Sou nordestina, oriunda de uma família que nasceu e cresceu no sertão da Bahia, nas proximidades do município de Jequié. Meus pais estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental e por isso, quando tiveram oportunidade, se mudaram para Maringá-PR. Lembro-me muito da minha mãe dizendo que era a oportunidade que tinha para que os filhos estudassem. E foi com este empenho de meus pais que concluí o Ensino Médio e tive professoras que me incentivaram a prestar o vestibular na Universidade Estadual de Maringá. E desde as leituras durante o período de graduação em Pedagogia, aproveitei a oportunidade de ingressar no Programa de Iniciação Científica. Deparei-me com diferentes concepções e me descobri no campo da pesquisa. A primeira pesquisa que desenvolvi teve como objetivo investigar as imagens das mídias em relação às jovens mulheres e desde então passei a participar de eventos científicos e conseqüentemente me identifiquei com a trajetória acadêmica.

O curso de Pedagogia – e, especificamente, a pesquisa de iniciação científica – me possibilitaram uma visão problematizadora e questionadora do tema gênero, por outro lado, contudo, me inquietou a escassez de discussões e, sobretudo, de práticas de formação humana sobre o tema. Por isso resolvi tentar a seleção de mestrado, - cursado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, no período de 2007 a 2009. Após a conclusão de minha pesquisa de mestrado, no ano de 2009, trabalhei como

professora temporária na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, hoje Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão.

Em 2010 fui aprovada em concurso público para a carreira docente na Unespar, e comecei a trabalhar como professora efetiva. Nesse contexto, a minha carreira se fortaleceu e meu engajamento na profissão ampliou, pois, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tive oportunidade de assumir atividades administrativas e obter a gratificação pelo Exercício do Tempo Integral de Dedicção Exclusiva (TIDE), podendo, assim, ter maior disponibilidade na Instituição e me dedicar à pesquisa de doutorado e participar de eventos regionais, nacionais, internacionais, publicações de capítulos de livros, bem como em periódicos.

Devido a esta trajetória como pesquisadora atuei e atuo ainda como parecerista de artigos e resumos em eventos científicos, revistas, livros e outras categorias de trabalhos publicados; participei com colegas da Unespar na elaboração de pareceres técnicos; participei de conselhos municipais como representante da Unespar, *campus* de Campo Mourão, e também em bancas avaliativas de trabalhos de conclusão de curso da graduação, estágio da graduação, monografia da especialização, qualificação e defesas de mestrado e doutorado, bancas de ascensão de nível docente, dentre outras atividades.

Em consonância com os temas de pesquisa, em 2015 assumi uma função administrativa, a coordenação do Núcleo de Educação para as relações de Gênero (NERG). Em 2018 deixei o NERG e assumi a coordenação do Núcleo de Educação para as relações Étnico-Raciais (NERA), devido ao incentivo e parceria com o movimento estudantil da universidade. Em decorrência disso, em 2020 assumi a coordenação do Centro de Educação em Direitos Humanos da Unespar em Campo Mourão e devido a atuação em todas essas instâncias fui convidada a assumir o CEDH-Unespar, vinculado à PROGRAD, com atuações expressivas na defesa dos direitos humanos e das políticas públicas sociais. Estivemos em conjunto com a equipe que produziu documentos para a implantação da Pró-

Reitoria de Assuntos Estudantis e Direitos Humanos da Unespar aprovada pelo COU em 2021.

Em 2015, oficializamos as ações do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq) com encontros quinzenais e pontes de extensão e oficinas voltadas à Educação Básica. As atuações do grupo nos possibilitaram interlocuções com outras universidades do Brasil, da Colômbia e da Itália, bem como a organização de um evento e duas coletâneas.

Em 2016 publiquei meu primeiro livro autoral, oriundo da minha pesquisa de mestrado, e tive a possibilidade de fazer o lançamento em eventos regionais e também no 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM) – um encontro internacional e interdisciplinar de e sobre mulheres que aconteceu conjuntamente ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG) em 2017.

Em 2018 me credenciei no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), e em 2019 ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Orientei duas pesquisas de mestrado e três de doutorado, com temáticas similares. Foi também em 2019 que fui convidada a assumir a vice-direção da Editora Fecilcam, tendo atuado, junto à equipe, na apreciação, indicação de pareceristas e publicação de e-books e obras contempladas em edital financiado pela Fundação Araucária.

As pesquisas que tenho desenvolvido e orientado estão articuladas ao referencial teórico dos Estudos Culturais, que tem sido espaço para discussões e teorizações sobre as culturas, bem como a construção de identidades baseadas no gênero, sexualidade, raça, etnia e relações de poder entre os indivíduos e os grupos culturais. Este referencial abrange uma multiplicidade de investigações em Educação, História, Teoria Feminista, Geografia, Antropologia e Sociologia, dentre outras, de modo interdisciplinar.

Finalizo esta resposta mostrando o quanto a pesquisa foi significativa para a minha trajetória acadêmica e pessoal. Aquela criança que chegou ao estado do Paraná com a possibilidade de estudar, um direito fundamental

que sua mãe e seu pai não tiveram, encontrou na pesquisa as possibilidades de convidar tantas outras pessoas a trilharem os caminhos da pesquisa em uma defesa da educação em direitos humanos para que tantas outras famílias tenham conhecimento e acesso aos seus direitos.

2) Quais são os fatores que te motivam a trabalhar com pesquisa científica?

Esta questão me fez retomar um dos artigos que publiquei, na Revista NESEF, sobre as pesquisas em rede que tenho desenvolvido e orientado na graduação e na pós-graduação. Um dos exemplos são as produções de *WebQuest* com as turmas da graduação. Essa experiência tem nos propiciado, além de elaboração de uma *website* didática uma troca de saberes e de sensibilização com as narrativas do outro, das diferenças e da diversidade. A potencialidade das discussões apresentadas, por meio das WQ produzidas por estudantes, provocou a necessidade urgente do conhecimento científico para uma conscientização social. E entendi que este poderia ser um caminho de provocar o interesse pela pesquisa nas aulas.

De modo semelhante, as orientações de iniciação científica que tenho realizado elucidam um movimento de percepção do quanto o acesso ao conhecimento científico impacta as nossas práticas cotidianas e o nosso comportamento social. O referencial teórico que me ancorou, Estudos de Gênero, Teorizações freirianas e Teoria das Representações Sociais almeja uma educação que proponha ultrapassar os limites, pois busca romper com padrões dominantes e projetar os holofotes às pessoas que até então foram silenciadas por um sistema ainda muito patriarcal, racista, sexista e desumano.

Além disso, o grupo de pesquisa GEPEDIC, tem sido um canal para expandir essas discussões a outros espaços. Esse movimento possibilitou compreender como as mídias têm ocupado as nossas vidas, uma vez que o papel de ensinar deixa de ser atribuído apenas às escolas, afinal, os meios

de comunicação também exercem o estatuto pedagógico. Tanto a família quanto a escola precisam desempenhar junto ao corpo docente meios de problematizar com este público os conteúdos dos vídeos, das redes sociais, dentre outros meios que são expostos. Sendo assim, precisamos criar espaços de diálogos com as crianças e jovens que potencializem sua capacidade crítica e reflexiva.

Ao considerar o contexto de divulgação de tantas informações falsas precisamos exercer ainda mais as práticas de pesquisas e de dialogicidade propostas por Freire para derrubar as *fake news* e problematizar o senso comum que desconhece a real função da educação. Para tanto, precisamos nos engajar com práticas que favoreçam a escuta de grupos que são silenciados por serem menos favorecidos economicamente e socialmente. E tem sido a pesquisa um espaço que me motiva a seguir. O artigo que me referi se encontra na íntegra no seguinte link: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/83203>

3) Professora Fabiane, comente, em linhas gerais, os principais pontos abordados na sua pesquisa científica atual.

Por toda trajetória trilhada e os temas que tenho pesquisado e orientado a pesquisa que tenho desenvolvido tem como objetivo investigar as políticas de direitos humanos voltadas à formação no ensino superior, com ênfase na Universidade Estadual do Paraná. Compreendemos a Educação em Direitos Humanos (EDH) como uma formação continuada que deve contemplar a valorização das diferenças e respeito à dignidade humana. Como expresso por Vera Maria Candau (2012) pesquisadora da área, a EDH só é possível mediante a internalização sistemática de uma cultura de direitos humanos nas mentalidades individuais e coletivas. Nesse sentido, problematizamos: como a universidade promove ações voltadas à educação em direitos humanos? Como favorecer e potencializar ações de EDH no Ensino Superior? Por isso tenho mapeado as políticas públicas internacionais

e nacionais que orientam as ações de EDH no Ensino Superior para o aprofundamento e a ampliação dos pressupostos teóricos que abordam o objeto de estudo. Consideramos que as ações voltadas à efetivação de uma EDH precisaram ser melhor articuladas junto às políticas estudantis. Em vista disso, o *lócus* da pesquisa será a Universidade Estadual do Paraná, com ênfase nas ações do Centro de Educação em Direitos Humanos e seus respectivos Núcleos, voltados à educação para as relações de gênero, étnico-raciais e de educação especial e inclusiva, bem como o apoio emocional e psicológico, tão necessários no contexto atual.

4) Quais são os caminhos para fortalecer e potencializar a Educação em Direitos Humanos?

Acredito que uma campanha sólida e constante de educação em direitos humanos seja capaz de sensibilizar e mobilizar as pessoas a dialogarem sobre o tema. A vivência na disciplina da graduação e nas orientações das pesquisas sobre o tema me possibilitou identificar que quando estudantes (ou mesmo pessoas participantes das pesquisas) entram em contato com estudos de casos sobre o tema e que quando se sentem pertencentes ao campo de estudo seu envolvimento é muito maior do que quando o conhecimento parecer ser algo externo ao seu cotidiano. Então, acredito que trazer as vozes, memórias e histórias da própria comunidade acadêmica podem fortalecer e potencializar a cultura sistemática de direitos humanos mencionada na resposta anterior.

5) Quais ações já foram implantadas na Unespar com relação aos Direitos Humanos?

A Resolução 007/2016 COU/UNESPAR criou, nos sete *campi* da instituição, os Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDH Local) e os

respectivos núcleos, Núcleo de Educação Especial Inclusiva - NESPI, o Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais - NERA e o Núcleo de Educação para Relações de Gênero – NERG. Esses núcleos atuam para o desenvolvimento de ações educacionais especializadas, em conjunto com a Coordenação do CEDH. Desde a criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos, dezembro de 2021, os CEDHs trabalham com o apoio da Diretoria de Direitos Humanos/DDH e a Divisão de Direitos Humanos/DIDH em ações constantes voltadas à educação em direitos humanos.

Dentre as diversas ações realizadas pela PROPEDH temos o Programa de Apoio à Saúde e Bem-Estar Emocional - CEDH ACOLHE, com diferentes ações como o Apoio Psicológico, realizado por profissionais da área da Psicologia, o Grupo de Escuta Ativa conduzido por profissionais Psicanalistas, além de outras ações educacionais.

Na página da PROPEDH estão disponíveis documentos institucionais que expressam algumas das ações e políticas que garantem os direitos humanos. Os documentos institucionais importantes para a garantia de direitos estão disponíveis em:

<http://propedh.unespar.edu.br/assuntos/documentos>

6) As Políticas de Ações Afirmativas instituídas nas universidades tem apresentado quais resultados?

As Políticas de Ações Afirmativas instituídas nas universidades têm apresentado uma universidade que representa a diversidade. Além dos relatórios anuais de cada CEDH e do relatório da própria comissão permanente de acompanhamento das políticas afirmativas na Unespar que legitimam este movimento diverso, o Fórum Estudantil que aconteceu em outubro de 2022 evidenciou um protagonismo estudantil com representatividade de pessoas negras, indígenas, trans, com deficiência. A Unespar mostra que tem vozes diversas e que representam a diversidade.

Outros fatores que corroboram com os resultados das políticas de ações afirmativas são: a própria criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos e a força que esta consolidação institucional contribuiu para a aprovação, por unanimidade, do Regulamento Conjunto 001/2022 PROPEDH/PROGRAD/ PRPPG que dispõe os procedimentos para o desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, nos cursos de graduação e pós-graduação da Unespar.

O PEI é um recurso pedagógico que busca dar atenção individualizada aos estudantes a fim de otimizar o processo de ensino e aprendizagem por meio da identificação, do planejamento de estratégias didático-pedagógicas e de avaliações que visem promover acessibilidade curricular. Outro fator refere-se a contratação de profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos campi que tem como função apoiar o processo pedagógico, averiguar e elaborar recursos acessíveis para estudantes com necessidades especiais. Houve ainda a contratação de intérpretes de libras, bem como a padronização de fluxos para a realização de bancas de heteroidentificação, dentre várias outras ações que podem ser acompanhadas pela página da PROPEDH.

7) Na avaliação da professora quais são os retornos que os investimentos em pesquisa podem trazer para o país?

São diversos os retornos, mas o que mais impacta a vida das pessoas é o acesso aos direitos fundamentais. O acesso ao conhecimento e à pesquisa me possibilitou quebrar um ciclo social exibido no curta metragem “Vida Maria” (o vídeo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4). Minhas ancestrais não tiveram o acesso que eu tive à educação e à pesquisa, mas quando eu me tornei pesquisadora eu decidi pesquisar o tema de gênero e de direitos humanos justamente para poder trabalhar em rede e convidar outras pessoas a lutar pela garantia dos direitos fundamentais a todas e todos. O

investimento em pesquisa me possibilitou chegar onde estou, pois a bolsa de fomento da CAPES que recebi no mestrado e doutorado foram cruciais para que eu conseguisse me manter no programa de pós-graduação. Como pesquisadora me proponho a retornar todo este investimento em orientações de outras pesquisas que possam garantir a tantas outras marias, miralvas, fabianes, lívias e tantas outras mulheres o direito fundamental à educação, à saúde, à moradia, a trabalho, etc.

8) Quais dicas a professora daria para os jovens interessados em se tornarem pesquisadores(as).

Sejam corajosas, sejam corajosos, tenham curiosidade e criatividade. Não desistam, as pedras fazem parte do caminho, mas se tem algo que ninguém nunca poderá tirar de você é o seu conhecimento.

Nas orientações as(os) estudantes sempre me relatam que após um ano de pesquisas e leituras de seus objetos de estudo já não conseguem mais olhar para uma notícia, um comentário, um texto, uma reportagem ou uma postagem nas mídias sem uma percepção e análise crítica. Disseram que a pesquisa exige compromisso e dedicação e como resultado os posicionamentos preconceituosos não são mais vistos como naturais ou aceitáveis. E é esse um dos recados deixados por Paulo Freire (1997, p. 59) “estudar exige disciplina. Estudar não é fácil porque estudar é criar e recriar e não repetir o que os outros dizem. Estudar é revolucionário!”. Essa revolução sugerida por Freire é a dica que deixo para vocês. (Relato disponível no artigo publicado <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/83203>)

2

DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Entrevista com o Professor Doutor Jorge Leandro Delconte Ferreira

O professor Jorge Leandro Delconte Ferreira é graduado em Ciências Contábeis pela Fecilcam, mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutor em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Pós-doutor pela *Université d'Auvergne* (UdA), França.

Atualmente está vinculado ao Colegiado de Ciências Contábeis, no *campus* de Campo Mourão da Unespar e ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento. Atua como pesquisador com destaque para os seguintes temas: finanças públicas, políticas públicas, desenvolvimento municipal, planejamento estratégico e economia política.

É autor de artigos científicos, capítulos de livros e do livro nominado: Auditoria Empresarial. Participa de eventos de abrangência internacional, nacional e regional. Atua em parceria com pesquisadores do Brasil e da França. Orienta dissertação de mestrado, monografia de especialização, trabalho de conclusão de curso e estudantes de iniciação científica. Foi o coordenador do trabalho: Mapeamento de Estrutura Produtiva, Setores Econômicos Estratégicos e Multiplicadores Setoriais para o Município de Campo Mourão.

ENTREVISTA

1) O professor realizou doutorado em Economia na Universidade Estadual de Maringá (UEM), com período sanduíche na França, e concluiu o Pós-Doutorado também na França. Quais foram os principais aprendizados com a experiência no exterior?

Entendo que há pelo menos três eixos que para mim foram muito recompensadores, quando penso nas experiências internacionais que tive.

Primeiramente, os saberes técnicos desenvolvidos ou aperfeiçoados, diretamente ligados às áreas que investiguei. Nesse aspecto, no meu primeiro pós-doutoramento, eu pude aprender muito sobre a dimensão econômica da descentralização fiscal como um elemento que afeta diretamente o desenvolvimento, sobretudo no aspecto local. Já na segunda ocasião que fiz um pós-doutorado, também na França, aprendi muito sobre a experiência francesa da criação e gestão de moedas comunitárias complementares, ferramenta admirável para a promoção da consciência social e ambiental, sempre observada a dimensão local.

Em segundo lugar, importa destacar que o “fazer ciência” é, em última instância, uma prática social. Como tal, há características muito peculiares da forma como as pessoas se organizam e produzem conteúdo científico, considerado o meio em que vivem. No meu caso específico, eu pude aprender bastante sobre o modo francês de fazer ciência. Acredito que cada nação tenha aspectos muito particulares, muito “seus”, de produzir e disseminar conhecimento científico; isso não significa que sejam melhores ou piores os mecanismos de funcionamento desta ou daquela nação, quando se trata de ciência; são apenas diferentes (o que, obviamente, não representa vantagens ou desvantagens em termos de validade do conhecimento

produzido; trata-se apenas de características particulares - e que por vezes auxiliam a entender melhor o quê, como, por quais razões e para quais finalidades deu-se uma dada produção científica).

O terceiro e último (mas não menos importante) aspecto que eu gostaria de ressaltar é de ordem mais pessoal. Nós nos organizamos para que pudéssemos fazer essa experiência internacional em família: Minha esposa e meus filhos se juntaram a mim durante o período em que estive fazendo doutorado sanduíche e pós-doutorados na França. Os aprendizados em termos de história, de cultura, de compreensão de outros pontos de vista, e diversos outros aspectos, foram riquíssimos, não apenas para mim, mas para minha família como um todo.

Não apenas por uma delas, mas pelo conjunto das três dimensões citadas acima, eu recomendo fortemente às pessoas que criem suas oportunidades para viver por algum período em outro país. Destaco um aspecto importantíssimo nessa sugestão acima: Eu falei em **criar** a sua oportunidade, e não em **aproveitar** as oportunidades que surgirem (sutileza que fez toda a diferença para mim).

2) O professor vem pesquisando temáticas que envolvem o desenvolvimento regional já faz algum tempo. Na sua avaliação quais são os desafios para o desenvolvimento em Campo Mourão?

Entendo que a região de Campo Mourão compartilha um desafio bastante recorrente no Brasil: há quem diga que o desenvolvimento se faz com pessoas; eu prefiro ser um pouco mais contundente: As pessoas não são apenas o meio pelo qual é promovido o desenvolvimento; é na interação humana que nascem as concepções, estratégias e projetos de desenvolvimento, e é fundamental um olhar para as pessoas como destinatários, alvos das ações e políticas públicas, quando se pensa desenvolvimento. Em suma, as pessoas são o começo, o meio e o fim (finalidade) do desenvolvimento.

Dito isso, o maior desafio para a promoção do desenvolvimento na região de Campo Mourão eu entendo ser a promoção do **capital humano**, em todos os seus níveis e dimensões. Evidente que isso passa pela educação (básica, técnica, superior, pós-graduação), mas vai muito além disso. Promover o capital humano precisa ser uma escolha, e não apenas dos formuladores de políticas públicas, mas da sociedade como um todo (incluindo aí o primeiro, o segundo e o terceiro setor, mas também setores como o 2.5 por exemplo – também chamado de negócios de impacto social).

3) Com base nas pesquisas que o professor tem realizado quais são as áreas em que Campo Mourão tem maior potencial de crescimento?

A partir principalmente de um projeto que eu coordenei, orientado a investigar a estrutura das cadeias produtivas de Campo Mourão e municípios próximos, foram identificadas diversas cadeias produtivas significativamente densas, com características propulsoras (ou seja, voltadas para mercados externos a Campo Mourão). Dentre essas cadeias produtivas foram selecionadas três, para serem alvo de projetos orientados ao adensamento vertical e/ou horizontal: cadeias produtivas da soja, da proteína de aves e de máquinas e equipamentos eletromédicos. A priorização não significa dizer que outras áreas não tenham potenciais interessantes de crescimento, mas sim que a “grande Campo Mourão” tem diferenciais competitivos importantes nessas cadeias produtivas priorizadas.

Outro aspecto importante destacar é que quando se fala em cadeia produtiva é possível identificar negócios à montante (“antes”) e à jusante (“depois”) do principal elo da cadeia, bem como atividades de prestação de serviço que orbitam em torno da cadeia. Um exemplo bastante interessante é o de serviços educacionais ou o de pesquisa aplicada; ambos apresentam um potencial de crescimento muito grande e evidentes possibilidades de interação com o setor produtivo, mas não estão circunscritos a uma cadeia produtiva específica.

4) Qual o papel das transferências constitucionais da União e do Estado para os municípios da região de Campo Mourão?

As transferências constitucionais são aquelas obrigatórias, dentre as quais destacam-se o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a cota parte de ICMS. Embora os municípios possuam dezenas de fontes de receitas diferentes, o FPM e o ICMS não raro respondem por mais de 50% da receita de uma localidade.

Por um lado, isso significa uma elevada dependência dos municípios por recursos externos (ou seja, repasses constitucionais que tem origem nos governos federal e estadual). Por outro lado, tais repasses têm seus mecanismos ancorados na Constituição Federal e em um conjunto de leis bem definidas; isso significa dizer que a previsibilidade dessas receitas é elevada, garantindo assim certa estabilidade orçamentária e financeira para os municípios.

Adicionalmente, também é possível perceber espaços para que os municípios façam política fiscal ativa, ou seja, planejem ações e implantem estratégias para que no longo prazo possam ampliar sua participação em transferências constitucionais, fortalecendo assim a possibilidade de executar políticas públicas locais mais eficientes, abrangentes e, acima de tudo, inclusivas.

5) Na nossa região a pobreza ainda atinge uma parcela significativa da população. Quais ações devem ser priorizadas para reduzir as desigualdades sociais?

Entendo que a prioridade é **compreender a desigualdade social na nossa região**: como ela se manifesta, quais os fatores que permitem compreendê-la, como ela se desenvolveu e se instalou ao longo do tempo, que mecanismos implicam na sua replicação, de que maneira as políticas

públicas atuais (de saúde, educação, qualificação profissional, assistência social, construção do orçamento público, dentre outras) endereçam adequadamente a questão ou a tangenciam. E essa é uma contribuição real e concreta que programas como o PPGSeD podem perfeitamente aportar.

A ideia básica por trás disso é que toda intervenção na realidade que é ancorada em uma adequada compreensão de um problema tem suas possibilidades de sucesso multiplicadas.

Um aspecto adicional muito importante, e para o qual o PPGSeD também pode contribuir profundamente, diz respeito à **avaliação de projetos e de políticas públicas**. A avaliação é um componente essencial para que se possa identificar não apenas o que está dando certo, mas também o que precisa ser aperfeiçoado.

Apenas para citar um exemplo, a melhora na distribuição de renda (seja por meio de programas de transferência direta, por mecanismos de estímulo ao empreendedorismo, por estratégias de qualificação e inserção profissional, ou por todas essas coisas juntas) gera um impacto importantíssimo na velocidade das trocas comerciais; mais importante do que o volume de dinheiro em uma economia é a velocidade com que ocorrem as trocas comerciais.

Em resumo, entendo que as prioridades devem ser: **a) compreender a fundo o problema da desigualdade social; b) avaliar adequadamente projetos e políticas públicas, buscando o aperfeiçoamento e a replicação de boas práticas.**

6) Por fim, quais dicas o professor daria para quem tem interesse em se tornar um(a) pesquisador(a).

Para bem trilhar o caminho da pesquisa científica, entendo serem necessárias algumas características peculiares, tais como: a **curiosidade científica** sempre viva (perguntar e perguntar-se: Por quê? Como era? De

que forma acontece? Como seria se...?), a **disposição para estudar e para aprender sempre** (a formação para a pesquisa nunca acaba, dado que a ciência é baseada sempre em verdades provisórias), o **profundo respeito pelas pessoas** envolvidas direta ou indiretamente em uma pesquisa, o desejo de encontrar formas de **fazer do mundo um lugar melhor** (preferencialmente, se for através da **melhoria de vida das pessoas**, sobretudo daquelas que mais precisam – não só em termos econômicos, mas também na dimensão social, ecológica, de conhecimento, etc.).

Veja que nenhum desses elementos que eu citei implica conhecimentos ou habilidades específicas, mas **atitudes**. O genuíno desejo, e a ação decidida, me parecem ser mais importantes a alguém que deseje ser pesquisador, do que o conhecimento deste ou daquele conceito, desta ou daquela metodologia; não que essas não sejam importantes; é que **sem a atitude, o domínio de conceitos ou metodologias produz um resultado comparável ao de uma bicicleta ergométrica**: depois de pedalar muito tempo, você olha ao redor e vê que não se moveu um passo sequer.

3

TURISMO E DESENVOLVIMENTO:

Entrevista com a Professora Doutora Larissa de Mattos Alves

A professora Larissa de Mattos Alves é bacharel em Turismo e Meio Ambiente pela Fecilcam (atual *campus* da Unespar). Realizou mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Está vinculada ao Colegiado de Turismo, no *campus* de Campo Mourão da Unespar. É líder do Grupo de Pesquisa GETUR (Grupo de Estudos em Turismo) e participa da Rede Nacional de Pesquisadores de Pequenas Cidades.

As suas principais áreas de interesse são: Desenvolvimento, Planejamento, Políticas de Turismo e Turismo em pequenas localidades. Orienta pesquisa de Especialização, Trabalho de Conclusão de curso e iniciação científica. Também atua como coordenadora local do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (Nupem), estimulando a formação de novos pesquisadores. É autora de artigos científicos e capítulos de livros.

ENTREVISTA

1) Quando se fala em turismo muitas pessoas associam a palavra apenas com o lazer, porém o turismo é muito mais amplo e complexo do que isto. Quais atividades fazem parte do turismo?

Popularmente, o uso da palavra turismo está, realmente, associado a viagens em busca de lazer, descanso e diversão. Contudo, econômica e academicamente o turismo é um fenômeno mais complexo.

Em linhas gerais, são consideradas turísticas as viagens com mais de 24 horas, por diversificadas motivações, como tratamento de saúde, visita a amigos e parentes, negócios e convenções, entre outras. O lazer é apenas umas das incontáveis motivações das viagens turísticas, tratá-los como sinônimo reduz a compreensão desta atividade.

Economicamente, as viagens turísticas movimentam muito mais que os tradicionais serviços de transporte, alimentação e hospedagem. Seus efeitos se estendem para toda a cadeia produtiva necessária para atender às pessoas em deslocamento, na sua origem, durante o percurso e no destino. Por isso, em destinos turísticos observamos a dinamização de grande parte da economia da cidade com o abastecimento dos equipamentos turísticos e com o consumo dos visitantes no comércio local, além de setores como, construção civil, fábricas de mobiliários e enxoval para hotéis, eventos e restaurantes, abastecimento e manutenção de veículos.

Enquanto área de atuação profissional e de pesquisa, o turismo se mostra ainda mais complexo por voltar-se à compreensão das demandas sociais coletivas. O turismo, enquanto objeto de estudo ou área de atuação profissional, volta sua atenção às sociedades envolvidas e a todos os

serviços públicos e privados relacionados ao atendimento dos viajantes, mas também aos aspectos de lazer, entretenimento, bem estar, hospitalidade, alimentação, eventos, planejamento e gestão de recursos naturais e culturais de interesse turístico, que envolvem diretamente os interesses dos moradores dos destinos.

2) A pandemia de Covid-19 ocasionou a necessidade de afastamento social presencial com a finalidade de conter a disseminação do vírus. Isso impactou profundamente o setor de turismo. Como o setor está reagindo? A procura aumentou em 2023?

As restrições de deslocamento impostas pelos protocolos de prevenção e controle dos contágios trouxeram um impacto imediato e duradouro no setor turístico, enquanto os auxílios às empresas e aos trabalhadores foram tardios e insuficientes.

Além dos problemas de ordem social que atingiram toda a população, problemas essencialmente econômicos como o desemprego e a diminuição do poder de compra, de ampla parcela da população, fizeram com que os serviços turísticos fossem os últimos a voltar para as prioridades de consumo das famílias, em especial os eventos e os deslocamentos relacionados ao lazer e ao entretenimento.

Por outro lado, o período de isolamento social estimulou a valorização e um desejo por momentos de lazer em espaços abertos e juntos à natureza. Desde a flexibilização dos protocolos de segurança, observamos a crescente busca por bens e serviços ligados ao lazer, entretenimento e práticas esportivas em áreas verdes.

Os números do setor crescem se aproximando dos patamares pré-pandemia. Mas, além do crescimento, observamos a busca por novas ações voltadas aos novos cenários e, nesse sentido, os desafios ainda são imensos, exigem estudos, pesquisa e a qualificação dos profissionais, produtos e serviços ligados ao turismo. A mencionada falta de assistências

das políticas governamentais ao setor fez com que muitos profissionais deixassem o turismo para atuar em outra atividade econômica. Como consequência, é urgente a diversificação e requalificação dos profissionais, dos produtos e dos serviços ligados ao lazer, entretenimento e viagens.

3) Como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento de um município?

Desde 2004, tenho me dedicado sobre o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento local. As reflexões realizadas nesses anos de pesquisa evidenciaram que o turismo tem se consolidado como uma estratégia de desenvolvimento adotada por diversos municípios, inclusive na região de Campo Mourão.

Iniciativas públicas e privadas de municípios de diferentes portes demográficos têm investido no turismo como estratégia de desenvolvimento local, motivados especialmente pelos famosos efeitos positivos atribuídos à atividade turística, como a geração de empregos e renda. Em alguns municípios da nossa região, por exemplo, os empregos formais do turismo chegam a representar quase 30% de todos os empregos locais, o que se desdobra uma massa salarial capaz de dinamizar o comércio e os serviços locais. A empregabilidade gerada pelo turismo em serviços de hospedagem, eventos, entretenimento, transporte e alimentação são expressivos e se tornam mais impressionantes quando adicionamos os empregos informais, temporários e os indiretos necessários para abastecer os serviços turísticos.

Além dos empregos, outros diversos benefícios econômicos podem ser atrelados ao turismo como a aumento do número de empresas de pequeno e médio porte, dinamização no comércio e dos serviços, a ampliação da qualidade e diversidade de serviços voltados à alimentação, eventos e entretenimento, que atendem também aos anseios da comunidade local. A ampliação dos negócios turísticos se desdobra na arrecadação de

impostos locais e pode possibilitar o acesso a recursos públicos da esfera federal e estadual para a implantação de infraestrutura de apoio ao turismo.

Além desses benefícios econômicos imediatos e evidentes, são diversas as implicações positivas do turismo nos aspectos socioambientais. Em cidades turisticamente dinamizadas, observa-se a ampliação da qualificação profissional e da escolaridade dos moradores locais, por meio de cursos técnicos oferecidos por organizações do terceiro setor, cursos superiores ofertados por instituições de ensino e capacitações oferecidas nas empresas turísticas. A conservação da natureza e a valorização da cultura local são compromissos indispensáveis para a qualidade de um destino turístico, visto que a atratividade turística de uma localidade se sustenta, via de regra, sobre suas belezas naturais e peculiaridades culturais.

Quando a gestão do turismo pauta-se na participação social, articulando agentes públicos, privados e a sociedade civil organizada, as implicações positivas superam o crescimento econômico concentrado e ampliam-se para aspectos socioambientais que contemplam toda sociedade local. Quanto maior for o engajamento coletivo de grupos sociais na tomada de decisão, mais amplos e justos serão seus efeitos.

Sem a participação ativa da sociedade local, o turismo tende a responder unicamente aos interesses econômicos dos grandes investidores públicos e privados, restando aos moradores locais as implicações negativas que a atividade, inegavelmente, vai trazer, como poluição ambiental, descaracterização sociocultural, subempregos, aumento dos preços e congestionamento dos serviços públicos, por exemplo.

Por fim, é importante ressaltar que não é adequado depositar no turismo toda a responsabilidade da geração dos empregos necessários e dinamização econômica para suportar o desenvolvimento local. A diversificação econômica tem se mostrado uma estratégia eficiente para o desenvolvimento municipal.

4) A professora tem pesquisado as contribuições do turismo em pequenos municípios no Estado do Paraná. Apoiar as iniciativas direcionadas para o turismo em pequenos municípios é uma estratégia para promover o desenvolvimento?

Sim! Iniciativas voltadas aos pequenos municípios são importantes estratégias para o desenvolvimento regional. Isso se aplica não só ao turismo, mas a qualquer outra estratégia de desenvolvimento socioeconômico e os resultados positivos de tais iniciativas atingem não só nas pequenas localidades, como também podem amenizar a externalização de problemas para centros urbanos maiores.

Observamos que a estrutura das metrópoles brasileiras se deteriora na mesma proporção que cresce a concentração populacional, e as promessas de emprego nem sempre se concretizam. As cidades médias, neste contexto, buscadas como alternativa, começam a passar pelas mesmas dificuldades para atender às demandas geradas pelo aumento da população. Nas extremidades das redes urbanas, muitos municípios de pequeno porte demográfico passam por perdas populacionais, economia estagnada, além de poucas opções de trabalho, lazer e entretenimento para a população.

Diante desse cenário preocupante, o desenvolvimento regional exige alternativas de dinamização socioeconômica e, nesse sentido, o turismo pode se colocar como uma atividade econômica estratégica. Novas dinamizações econômicas, através do turismo ou de outra especialidade produtiva, exigem trabalhadores, produtos, serviços e equipamentos diferenciados e imprimem novas funções aos pequenos municípios, compensando suas fragilidades políticas e socioeconômicas, trazendo melhorias nas condições sociais dos seus moradores.

Parte da pesquisa, em desenvolvimento desde 2014, volta-se a análises e comparações entre municípios turísticos de diferentes portes demográficos paranaenses. Verificamos que investimentos, públicos e privados, concentram-se nas cidades grandes, ficando as pequenas localidades às margens desse processo. As ações de incentivo ao

desenvolvimento municipal são, grande parte das vezes, concentradas em destinos turísticos consolidados de metrópoles e regiões litorâneas.

Ainda que as reflexões tecidas acerca indiquem desproporcional atenção das políticas públicas às demandas dos pequenos municípios, parece que discretamente crescem, ainda que em menor proporção, os investimentos públicos de interesse turístico, via convênio com o governo federal, que chegam aos pequenos municípios. Ainda que lentamente, identificamos novas direções dos investimentos públicos, do capital local e dos fluxos de visitantes.

Os casos estudados nos últimos anos indicam que o papel da sociedade na condução do processo de desenvolvimento é determinante para que o turismo tenha amplos alcances nas perspectivas econômicas e socioculturais. Outra iniciativa evidente nos pequenos destinos turísticos desenvolvidos são os investimentos em educação, cultura, diversificação econômica e inovação. Nos exemplos estudados, percebemos que os pequenos municípios, nos processos de redefinição da rede urbana, podem despontar como expressões de centralidade na oferta de atividades ligadas à criatividade, natureza, cultura e turismo, e contribuir no desenvolvimento regional.

5) O turismo é um setor em expansão e muitos jovens têm demonstrado interesse pela atividade. O que um estudante irá encontrar no curso de Turismo da Unespar em Campo Mourão?

Como mencionado em questão anterior, nos últimos anos, a relação da sociedade com o lazer, entretenimento, bem estar e tecnologias tem mudado. As organizações, públicas e privadas, também começam a se adaptar para atender a esses novos hábitos e demandas sociais.

A proposta pedagógica pensada para o curso de turismo é resultado de detalhados estudos que consideraram o contexto regional, o perfil dos nossos estudantes, a demanda por profissionais no setor e diversos debates com a academia e sociedade.

O curso de Turismo tem 23 anos de existência e sua matriz curricular passou por diversos ajustes, desde então. A versão mais recente iniciou em 2021 e já tem novas atualizações para o ano de 2023. O curso agora é semestral, o que torna as disciplinas mais curtas e mais dinâmicas e pode ser finalizado em três anos. Além disso, o último semestre está reservado para as práticas de estágio e pesquisa, permitindo que os alunos trabalhadores possam realizar seus estágios no período noturno ou que se desloquem para realizar estágio em outros destinos turísticos, antecipando sua interação com o mundo do trabalho.

Entre seus objetivos, o curso propõe a formação de profissionais criativos, com reflexão crítica e habilidades necessárias para o desenvolvimento de ações de “impacto social e de pesquisas capazes de subsidiar ações e decisões socialmente justas, economicamente viáveis e prudentes no aproveitamento dos recursos naturais e culturais de interesse turístico”. Para isso, as atividades práticas, visitas técnicas, aulas de campo e viagens de estudos fazem parte do aprendizado acadêmico.

A formação no Curso de Bacharelado em Turismo é organizada em três eixos principais: eixo 1 - Meio Ambiente Natural e Cultural, eixo 2 - Segmentos do Turismo e eixo 3 – Investigação Científica.

O primeiro eixo garante a formação pautada no compromisso com a proteção e valorização dos recursos locais e com disciplinas que habilitam os estudantes para manejar tais recursos, como por exemplo Cultura e Patrimônio, Turismo em áreas naturais, Turismo de base comunitária e Ecoturismo. O segundo eixo – Segmentos do Turismo - volta-se a inovação, gestão e qualificação dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos, com aulas voltadas ao desenvolvimento de habilidades específicas em hotelaria, organização de eventos, gastronomia, lazer e recreação, agenciamento e transporte, entre outros. O terceiro eixo garante à reflexão crítica por meio da realização de pesquisas científicas de impacto social, contemplando disciplinas como Pesquisa Científica, Redação Científica e seminário de projetos e pesquisas, por exemplo.

O turismo, por ser tão amplo e tão complexo, acaba, enquanto atividade profissional, se adaptando a diversificadas expectativas dos estudantes. Há sempre uma vertente do turismo que se conecta à pretensão profissional de diversos perfis. Além das tradicionais áreas de atuação do turismólogo como hotelaria, agenciamento, transporte, serviços de entretenimento e eventos, outras funções podem ser desempenhadas por esses profissionais, como a gestão de recursos naturais e culturais de interesse turístico, hotelaria e recreação hospitalar, gestão de condomínios, clubes, espaços públicos e demais áreas de convívio, educação, pesquisa e capacitação profissional, entre outros. A formação multidisciplinar desenvolve nos estudantes competências múltiplas, com conhecimentos para atuar também em áreas não específicas do turismo.

6) A professora também é coordenadora do Nupem no *campus* de Campo Mourão. Qual é a importância da iniciação científica para os estudantes que estão cursando a graduação?

A participação no programa de iniciação científica se apresenta como uma importante oportunidade para os estudantes da graduação. Brevemente, vou elencar algumas vantagens para o estudante.

Como primeiro e mais importante ponto, considero a oportunidade de amadurecimento da capacidade analítica e exercício da autonomia intelectual de desenvolver uma pesquisa científica com qualidade, reconhecida institucionalmente e por relevantes agências de fomento à pesquisa, sob a orientação de um professor especializado na área.

Além da experiência profissional e das habilidades técnicas desenvolvidas durante a realização de uma pesquisa orientada, participar do Programa de iniciação científica é um importante diferencial no currículo profissional, visto que, por exemplo, no final de 2022 tínhamos apenas 58 alunos nos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, dentre os 1345 estudantes

matriculados no campus. Todos os estudantes do Programa que manifestaram disponibilidade recebem bolsa de setecentos reais, o que auxilia na permanência na Universidade e na renda das suas famílias.

Há alguns anos, essas habilidades eram consideradas apenas em processos seletivos para professores, pesquisadores e candidatos nos programas de pós-graduação. Mas, não é apenas a comunidade acadêmica que valoriza participação do estudante de graduação nos programas de iniciação à pesquisa. Atualmente, o desenvolvimento de pesquisas é uma habilidade procurada por profissionais de todos os setores e níveis de gestão.

O dinâmico cenário atual exige profissionais com capacidade de selecionar informações de qualidade, analisar contextos complexos e apresentar respostas rápidas aos problemas cotidianos. Todas essas habilidades são desenvolvidas durante a realização de pesquisas científicas. Portanto, o profissional com perfil pesquisador é uma demanda do mundo do trabalho, nas diversas áreas de atuação, desde as funções operacionais até em cargos mais estratégicos. A ação baseada em pesquisa científica maximiza a probabilidade de acertos, e as respostas apresentadas por profissionais com esse perfil, tendem a ser mais eficientes.

Dessa forma, o profissional pesquisador tem sido valorizado em todas as áreas, para desenvolver as mais diversas funções, pois competição globalizada em todas as suas esferas exige a tomada de decisões subsidiadas em análises profundas e, muitas vezes, imediatas.

4

ENSINO EXPLORATÓRIO DE MATEMÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES:

**Entrevista com o Professor Doutor Everton José
Goldoni Estevam**

O professor doutor Everton José Goldoni Estevam é Licenciado em Matemática e Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Realizou período de doutorado sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em Portugal.

Atua como professor e pesquisador na Unespar e, desde 2019, é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – PRPGEM, respondendo pela coordenação no período de abril de 2019 a junho de 2023. Entre os seus principais temas de pesquisa estão: formação de professores que ensinam Matemática; práticas pedagógicas e formativas; e Educação Estatística.

Publicou mais de 30 artigos em periódicos, tem três livros e mais de dez capítulos de livros. Participa de eventos nacionais e internacionais cuja temática é a Educação Matemática, além de ações e movimentos da Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM, com enfoque no GT12 de Educação Estatística.

ENTREVISTA

1) Para alguns estudantes das escolas brasileiras a Matemática é vista como uma disciplina muito difícil. Isto ocorre existe um bom tempo. Este receio também contribui para um desempenho insuficiente no PISA. O que explica esta visão equivocada da Matemática?

Bem, há diversos aspectos que merecem ser ponderados para lidar com a questão, muitos dos quais não sou especialista e não realizo pesquisas, como o desempenho de estudantes em avaliações de larga escala, como o PISA, o contexto político-social brasileiro e o próprio desenvolvimento histórico da Educação e da Educação Matemática, no Brasil e no mundo. Dessa forma, sem qualquer pretensão de oferecer uma resposta global à questão, vou me restringir a abordar aquilo que venho acompanhando, como professor e pesquisador, e minhas impressões sobre o ensino de Matemática na Educação Básica. Para mim, além dos aspectos referidos, boa parte da dificuldade dos estudantes está relacionada com a pouca compreensão de conceitos, relações e ideias matemáticas e, por conseguinte, com as práticas realizadas para abordar esses aspectos em sala de aula, as quais sustentam as próprias crenças, imagens e concepções construídas sobre o que é - e o que não é - matemática. Por exemplo, como um dos meus enfoques de pesquisa é a Educação Estatística, ao se questionar estudantes da educação básica (mas também adultos e estudantes do ensino superior) sobre o que é média aritmética, é bastante comum a obtenção de respostas que se reduzem ao procedimento de cálculo para determinar o valor que representa a média aritmética, mas poucos são os elementos que explicitam uma compreensão conceitual de média aritmética. Por outro lado, adicionar valores e dividir pela quantidade de

valores adicionados (procedimento de cálculo da média) são procedimentos aritméticos e pouco ou nada contribuem para que se compreenda, por exemplo, a média como o valor que torna a distribuição de dados equitativa, equilibrando a variação desses dados e, portanto, com potencial para representar este conjunto de dados como uma medida resumo. Assim, conduz-se a equívocos como, por exemplo, ao não reconhecimento da diferença entre média aritmética simples e ponderada em situações em que os cálculos são semelhantes, mas cuja influência que cada dado exerce no valor final não o é. Isso é bastante comum nos contextos escolares quando, por vezes, acredita-se que se pode fazer média de média, sem qualquer implicação (exemplo: determinar a média final de um aluno a partir de suas médias bimestrais, sem ponderar se a quantidade de avaliações/notas nos bimestres foi ou não a mesma. Uma discussão interessante sobre isso pode ser encontrada na dissertação de Brandelero). Com base neste exemplo, decorrem duas situações: o desenvolvimento de um conhecimento limitado, quase que mecânico, que associa a Matemática à realização de cálculos na busca por uma resposta; e a perda da beleza da matemática e do desenvolvimento do raciocínio abstrato que perpassa todo o desenvolvimento socio-histórico desta ciência.

Contudo, como referi as práticas pedagógicas como fortemente influenciadoras deste processo, é preciso demarcar que não se trata de culpabilizar uma vez mais o professor pela situação, muito pelo contrário. O professor é vítima de uma formação inicial e continuada aligeirada e, por vezes, dissociada da profissão, além de lidar com um currículo cada vez mais engessado, incluindo mais recentemente a imposição de certas práticas e dinâmicas, que desconsideram a realidade da escola e pouco ou nada colaboram para avanços no ensino de Matemática, particularmente. Estes aspectos se associam a outros tantos de natureza política, social, econômica, sanitária, etc. que conferem condições degradantes ao trabalho de professores, que operam verdadeiros milagres no cotidiano profissional com as condições de que dispõem.

Dessa forma, o que julgo pertinente chamar a atenção em relação à questão apresentada é que a dificuldade expressa pelos alunos (seja em sala

de aula, no discurso corriqueiro, ou nas avaliações de larga escala, como o PISA) é apenas a ponta de um enorme iceberg, que esconde, intencionalmente, as inúmeras dificuldades e falta de condições com as quais o professor precisa lidar em sua prática e formação. Assim, a mudança não reside na implementação de plataformas tecnológicas caras e que não conferem qualquer prática diferenciada para o ensino, ou no estabelecimento de normativas que conferem à profissão docente uma dimensão técnica. É preciso reconhecer e estabelecer políticas públicas efetivas que incidam na estrutura deste iceberg, não naquilo que se evidencia apenas. É preciso incentivar que jovens queiram ser professores e, para tanto, é essencial a valorização da profissão e da carreira docente. É preciso prezar pela formação de professores, com qualidade e componentes que reconheçam e problematizem a complexidade e a particularidade do conhecimento necessário à prática pedagógica, articulando teoria e prática. É preciso condições de trabalho adequadas e formação continuada, de fato, condizente com as demandas da prática do professor. Enfim, é preciso reconhecer que a Educação é para a cidadania e não para índices. Que se reconheça a matemática como prática social e não como a busca por respostas e cálculos sem sentido. Quaisquer ações que não reconheçam tais aspectos são curativos para fraturas expostas. Podem até estancar o sangue por algum tempo, mas apenas mascaram e protelam o real problema.

2) O professor coordenou recentemente um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq envolvendo o Ensino Exploratório de Matemática. Em que sentido a perspectiva tem potencial para colaborar para avanços relacionados ao ensino e à aprendizagem de Matemática?

O Ensino Exploratório de Matemática tem suas bases no movimento internacional do *Inquiry Based Education* (IBE), fortemente influenciado pelo *National Council of Teachers of Mathematics* (NCTM), que se desdobra também em outras perspectivas, como *Inquiry Based Teaching* (IBT) ou *Inquiry Based Learning* (IBL). Independente da diversidade de denominação,

perspectivas dessa natureza referem formas de ensino centradas no aluno, cujos raciocínios são focalizados valendo-se de práticas em que os estudantes levantam questões, exploram situações e desenvolvem caminhos próprios para resolução.

Dessa forma, o Ensino Exploratório inverte a lógica presente nas aulas tradicionais, comumente iniciadas pela apresentação da teoria, seguida de exemplos que servem de base para a resolução de exercícios de aplicação ou, por vezes, apenas de reprodução. Nessas práticas, geralmente há pouco espaços e fomento a discussão e problematização, e as ações comunicativas privilegiam perguntas do professor em busca de respostas dos alunos. Em contraposição, a perspectiva exploratória advoga que a teoria emerge de uma ação reflexiva, questionadora, investigativa, compartilhada e fundamentada para estabelecer os elementos de base para sistematização teórica, cujo sentido se constrói em processos dialógicos de negociação de significados.

Admite-se, portanto, a sala de aula como um ambiente de interação entre os alunos, entre o professor e os alunos, e entre eles e o conhecimento matemático, na busca de um entendimento comum. Neste sentido, práticas de Ensino Exploratório de Matemática são orientadas por uma perspectiva de inquiry, pelos princípios de investigação, que se articula à reflexão, comunicação e colaboração para ancorar as ações em sala de aula, de alunos e do professor.

Nesse sentido, favorece-se uma aprendizagem com significado, com a responsabilização dos alunos sobre as ideias emergentes, as quais são sistematizadas a partir de discussões coletivas e negociações de significados. O Grupo de Estudos sobre Prática e Tecnologia na Educação Matemática e Estatística – GEPTeMatE, do qual sou um dos líderes, tem desenvolvido diversos estudos e materiais para este tipo de prática, os quais estão disponível no *site* do grupo, no endereço <https://prppg.unespar.edu.br/geptemate>.

3) Entre as suas muitas pesquisas realizadas, é nítido um enfoque para a formação de professores que ensinam Matemática na Educação Básica. O que os resultados das pesquisas têm demonstrado?

De fato, tenho me dedicado à investigação sobre formação de professores que ensinam Matemática, com enfoque nas práticas formativas e nas práticas pedagógicas desenvolvidas por professores e futuros professores. Neste sentido, os estudos têm aderência com os apontamentos de Cochram-Smith e Lytle (1999), que reconhecem que os professores aprendem e produzem conhecimentos relevantes na prática, mediante reflexão na ação e sobre a ação de ensinar e aprender, particularmente por meio da investigação da própria prática e constituindo comunidades investigativas. Trata-se nomeadamente de pesquisar com os professores e futuros professores ao invés de pesquisar sobre professores. A formação inicial – ao articular disciplinas e práticas na escola – e a formação continuada – orientada por princípios colaborativos – ainda que não sejam suficientes, mostram-se como espaços essenciais para a constituição e reconstituição da prática docente, uma vez que permitem pensar e repensar aspectos centrais, como as tarefas propostas aos estudantes, os recursos empregados nas aulas, o papel do professor e o do aluno. Os conhecimentos mobilizados nesses espaços se articulam às experiências dos professores advindas desde a Educação Básica, perpassando os cursos de Licenciatura e se relacionando com formações continuadas, que promovem reflexões e problematizações de dilemas decorrentes da prática letiva. Ao evidenciar a forte articulação dessas aprendizagens com experiências advindas de contextos espaço-temporais diversos, as quais, por vezes, sustentam crenças e concepções de professores e seus respectivos desdobramentos na prática que realizam, faz sentido considerar que aprendizagem profissional docente não se restringe a aspectos cognitivos, mas revela fortes influências sociais, conferindo centralidade ao mundo social dos professores e às práticas que nele desenvolvem para a compreensão de sua aprendizagem profissional. É por isso que temos trabalhado em perspectivas formativas que assumem contextos de comunidades profissionais como espaços

promissores para a formação de professores e elementos da prática como pontos de enfoque das ações que orientam os programas de formação que promovemos, focalizando aspectos diversos de corpo multifacetado que constitui a prática de ensinar e aprender Matemática, desde a infância até o ensino superior. Nestes contextos, assumimos que a aprendizagem do professor reside nas mudanças nos padrões das práticas que realiza e nos sentidos que conduzem seus dizeres e fazeres.

4) O professor atualmente está coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – PRPGEM. Quais são as contribuições do referido Programa para a região de Campo Mourão?

O curso de Mestrado em Educação Matemática do PRPGEM já formou mais de 40 mestres e mestradas desde sua implantação. Assim, certamente, a contribuição imediata que se pode referir consiste na formação de profissionais qualificados, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, para lidar com a Educação Matemática nas diversas esferas em que atuam, desde escolas da Educação Infantil até o Ensino Superior, passando por Secretarias Municipais e Núcleos Regionais de Educação. Isso inclusive está alinhado ao Plano Nacional de Educação e aos indicativos da Capes sobre a importância da interiorização da Pós-Graduação. Essa formação abarca os enfoques das linhas de pesquisa do PRPGEM que relevam a formação de professores, a didática da Matemática, a educação inclusiva, a tecnologia, práticas inovadoras e elementos particulares e transversais relacionados a ensinar e aprender Matemática, considerando cenários e demandas locais, regionais, nacionais e internacionais. Neste sentido, uma das contribuições do programa envolve a aproximação entre universidade e Educação Básica, uma vez que a escola figura como contexto privilegiado das pesquisas desenvolvidas, seja direta ou indiretamente. É importante salientar, portanto, que diversas das práticas conduzidas nas pesquisas desenvolvidas no PRPGEM abarcam estudantes, futuros professores, professores e gestores envolvidos com a Educação Matemática, muitas das quais inclusive

formalizadas como ações extensionistas. Dessa forma, o impacto social dessas ações alcança um público muito maior do que os egressos do mestrado, porque envolvem turmas e grupos diversos. Neste sentido, um dos aspectos discutidos no Seminário de Autoavaliação do PRPGEM, realizado no último dia 1º, referiu o estabelecimento de procedimentos sistemáticos para reconhecer informações mais precisas sobre essas ações e sobre aquelas depreendidas pelos egressos do PRPGEM.

5) O professor realizou doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina – UEL com período sanduíche na Universidade de Lisboa. Quais foram os aprendizados com a experiência no exterior e qual a importância da internacionalização?

A experiência de um intercâmbio no exterior durante o doutoramento foi única e enriquecedora em múltiplos sentidos. Primeiramente, pela possibilidade de dialogar e estudar com pesquisadores que me eram/são referências em alguns sentidos. Segundo, por ter acesso a repositórios de pesquisa que, infelizmente, ainda são de difícil e caro acesso no Brasil e as universidades europeias possuem acordos que permitem comunicação com o que se produz mundialmente. Terceiro, pela possibilidade de estabelecer parcerias que perduram até hoje, com a realização de trabalhos em cooperação, como é o caso das pesquisas que continua a realizar com a Profa. Hélia Oliveira, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Por fim, porém não menos importante, certamente a possibilidade de conhecer culturas, pessoas, lugares, histórias distintas nos torna seres humanos melhores, mais conscientes, especialmente em se tratando de um país do qual fomos colônia. Neste sentido, a experiência permitiu também oferecer aos portugueses uma percepção de que não estamos a ser colonizados cientificamente, mas produzimos conhecimento assim como eles, partindo e situando nossas ações na realidade diversa e rica que caracteriza o Brasil.

Em termos de internacionalização, trata-se de um termo amplamente presente nas discussões em pesquisa nos últimos anos, não somente no Brasil. Vejo diversas possibilidades de ações, e certamente o intercâmbio é uma das mais intensas. Entretanto, penso que devemos interpretar a internacionalização como a possibilidade de diálogo entre aquilo que produzimos em nosso país com a comunidade científica internacional. Com isso, constrói-se possibilidade para disseminarmos os belíssimos trabalhos que temos realizado, assim como para ampliar as interlocuções da comunidade de pesquisadores brasileiros com a comunidade mais ampla. Isso é o que tem orientado minha prática nos últimos anos. Portanto, diversas são as ações que constituem internacionalização: parcerias internacionais de pesquisa, publicações em periódicos internacionais e em outras línguas, participação em eventos e grupos internacionais, recebimento de pesquisadores internacionais, discussões de textos internacionais, etc.

Referências

BRANDELERO, Dalva Spiler. **Aprendizagem profissional de uma professora na realização de práticas de Ensino Exploratório de Estatística**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Brasil, 2021.

COCHRAN-SMITH, Marilyn; LYTLE, Susan. Relationships of knowledge and practice: teacher learning in communities. **Review of Research in Education**, London: Sage, n. 24, p. 249-305, 1999.

5

MUNDO DO TRABALHO E COMBATE A DESIGUALDADE:

**Entrevista com o Professor Mestre Sérgio
Luiz Maybuk**

O professor Sérgio Luiz Maybuk é graduado em Economia, especialista em comércio exterior com ênfase no Mercosul e mestre em desenvolvimento econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua como professor, pesquisador e extensionista, se destacando pela contribuição para o desenvolvimento regional. Está vinculado ao Colegiado de Ciências Econômicas na Unespar.

É autor de artigos científicos, capítulos de livro e do livro “Dinâmica do Arranjo Produtivo Local de Campo Mourão-PR, ramo de insumos e equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares”. Participa ativamente de eventos e congressos científicos, bem como de bancas examinadoras. Atualmente ocupa o cargo de chefe da Divisão de extensão e cultura na Unespar e vice-presidente da Associação Mourãoense de Escritores – AME.

ENTREVISTA

1) O professor tem pesquisando temáticas relacionadas ao desenvolvimento no transcorrer da sua carreira, especialmente questões ligadas ao mundo do trabalho e a geração de renda. Na sua avaliação quais são os principais desafios existentes no mundo do trabalho atualmente no Brasil?

Em primeiro lugar agradeço a oportunidade e parabênizo a iniciativa da Divisão de Pesquisa e Pós-graduação com o Projeto “Pesquisadores da Unespar”.

As temáticas relacionadas ao desenvolvimento, ao mundo do trabalho (bem mais amplo do que mercado do trabalho) e geração de renda são preocupações constantes dos pesquisadores, os quais também se debruçam em tentar compreender o que realmente é o “desenvolvimento”, muito mais complexo do que crescimento econômico ou melhoria na qualidade de vida. É preciso considerar para quem e em que proporção é direcionada essa “evolução”. Atualmente há também uma nova variável, a preocupação com a sustentabilidade, especialmente com as questões referentes ao meio ambiente, produtos saudáveis etc.

A partir da revolução industrial, brilhantemente pesquisada por Karl Marx (sempre atual), se percebeu que os esforços de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo crianças, foram fundamentais para a geração de bens e serviços que melhoraram a vida da população (aquela que podia pagar). Ao mesmo tempo, tais trabalhadores/as foram absurdamente explorados/as por meio da chamada mais valia (mais valor) absoluta e relativa (nesse exato momento ainda acontecem aqui no Brasil). Tal fato

contribuiu para o estabelecimento de uma renda baixa para quem trabalha e consequentemente concentração de renda e riqueza.

No caso brasileiro, com as constantes retiradas de direitos dos/as trabalhadores/as, os problemas se agravaram, especialmente depois da última reforma trabalhista com as suas criações ilusórias, como o trabalho intermitente (que maravilha, você trabalha a hora que quer). Nesse modelo o patrão escolhe o dia que tem mais necessidade da força do trabalho e muitos “vendedores de sua força de trabalho” (trabalhadores/as) não chegam a completar todos os dias normais de trabalho, isso impacta diretamente na renda que tende a diminuir. Além de impactar na aposentaria - cada vez mais distante.

Os desafios são imensos porque para reverter determinados “estragos” institucionalizados é preciso muita mobilização política e convencimento. Diante de um Congresso Nacional majoritariamente composto por conservadores e reacionários a tarefa não é fácil.

Enquanto não mudam as leis em prol de quem gera os bens e serviços com o trabalho aplicado, os governos municipais, estaduais e federal, bem como o próprio empresariado precisam encontrar alternativas, programas e novas experiências para aumentar o valor do trabalho, inclusive por uma questão de sobrevivência do próprio sistema capitalista. Sem aumento na renda para a maioria da população economicamente ativa, não há consumo significativo, e sem consumo não há interesse na produção, não se vende e não se gera lucro e crescimento das empresas e, em termos nacionais, aumento no Produto Interno Bruto.

Não se pode descartar que individualmente cada um e cada uma devem, dentro das condições que lhe são dadas, buscar qualificação profissional, estudar em todos os níveis, especialmente no ensino superior, e buscar outras formas de qualificação para que possa trabalhar e receber um rendimento maior, mas jamais se deve jogar a responsabilidade do insucesso econômico única e exclusivamente ao indivíduo, quando existem diversos fatores externos e alheios à sua capacidade. Isso vale também para aqueles e aquelas que por necessidade ou desejo enveredam no empreendedorismo.

Um exemplo que requer muita análise são aqueles/as que trabalham várias horas por dia nos tais aplicativos de transporte de passageiros (uberização) sem nenhum direito trabalhista, arcando com toda a responsabilidade, correndo o risco de acidentes, às vezes nem sabendo para quem trabalham e mesmo assim se consideram empreendedores e não trabalhadores explorados.

2) Temos observado que no modo de produção capitalista a prioridade é a reprodução ampliada do capital, resultando em uma grande concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas. Como a economia solidária pode contribuir para reverter esse processo?

Eu tenho interesse pelo tema da concentração de renda desde minha monografia de conclusão de curso em 1994, intitulada: “A pobreza e a distribuição de renda no Brasil”. De lá para cá, nunca tivemos no país uma reversão significativa do problema, mesmo nos governos ditos de tendência de esquerda, nos casos governados pelos três mandatos e meio do Partido dos Trabalhadores. Mesmo assim, algumas iniciativas dos referidos governos, tais como Bolsa Família e a correção do salário mínimo com ganho real (acima da inflação do período), causaram inegável melhoria e houve a saída do Brasil do Mapa da Fome. Depois do golpe com a subida ao poder do governo Temer e posteriormente do governo Bolsonaro destruindo ou desestruturando os programas sociais (fato agravado com a pandemia da Covid), o país voltou ao Mapa da Fome e hoje, apesar de ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo, abriga 33 milhões de pessoas passando fome, uma vergonha para nós brasileiros. Sem contar os números elevados de desempregados e a queda do rendimento médio da população.

A fome e o desemprego em muitos casos conduzem grupos de pessoas marginalizadas do mundo econômico a participarem de experiências de economia solidária que podem amenizar processos de concentração de renda.

A economia solidária está intimamente ligada à pobreza, a falta de ocupações de trabalho e a tentativa de eliminação da fome, mas segundo pesquisadores dessa teoria, em especial o grande economista e pensador, chamado o “pai da economia solidária” no país Paul Singer (que foi um pesquisador de academia e também trabalhador de fábrica e sindicalista) tal teoria não é só para pobre. Qualquer grande empresa em forma de cooperativa no sentido puro, sem exploração e extração de mais valia poderia ser solidária. Singer inclusive defendia que no futuro a economia solidária poderia ser um novo e promissor modo de produção.

A economia solidária é uma grande oportunidade, especialmente para as pessoas menos favorecidas e que estão por vários motivos à margem da sociedade econômica e social. É um sistema de cooperação entre os/as participantes que podem permitir não somente crescimento de renda e melhoria de vida, mas também crescimento intelectual (os/as participantes precisam fazer cursos e participar na gestão do empreendimento) e conseqüentemente aumento da autoestima, do pertencimento a um processo produtivo ou de prestação de serviço sentindo-se “dono”.

A economia solidária surge no Brasil, dentre outros atores, com a ajuda das universidades no gerenciamento de indústrias falidas em que trabalhadores receberam as máquinas como pagamento de salários atrasados e demais direitos trabalhistas. De lá para cá também ocorreram experiências exitosas de produção na agricultura familiar, cooperativas de consumo, associações de catadores e reciclagem de resíduos sólidos, associações de costureiras, crocheteiras etc., inclusive empreendimentos na área do crédito, disponibilizando recursos de empréstimos a juros baratos para quem precisa produzir.

Para o sucesso dessas atividades é necessário, ao menos por um tempo de maturação, apoio e auxílio dos poderes públicos, especialmente o municipal com a destinação de barracões, luz, água, apoio contábil etc. As universidades entram com apoio técnico administrativo, econômico e demais áreas por meio de projetos de extensão. Também é preciso apoio de entidades tipo clubes de serviço com destinação de alguma máquina de maior valor, automóvel etc.

Na minha experiência de pesquisa com leituras, artigos, documentários, entrevistas que assisti e visitando espaços como as cooperativas de reciclagem de resíduos em Campo Mourão, em várias cidades da região e até fora dela, é possível ter esperança de vida melhor para muitas pessoas, especialmente mulheres que são maioria nesses espaços.

Finalizando a resposta, ainda há problemas a serem enfrentados. Por exemplo, da parte dos/as produtores/as falta conhecimento e internalização do que é economia solidária, muita dependência dos parceiros citados nessa resposta e uma prática do tempo de assalariado do tipo (já deu meu horário de trabalho). Lembrando que sendo “dono do negócio” poderia sair antes das 18 horas quando não há trabalho e eventualmente sair depois das 18 horas quando for necessário para o cumprimento de um lote. Ainda há falta de apoio dos governos que precisam investir em cursos, liberação de verbas específicas etc.

3) Na região de Campo Mourão os baixos salários, o desemprego e a pobreza atingem uma parcela elevada da população. Que ações podem ser feitas para combater a desigualdade?

A resposta para esta pergunta, ao menos em parte, segue na mesma linha das duas primeiras questões. Campo Mourão, embora seja uma cidade polo, infelizmente tem um Índice de desenvolvimento Humano (IDH) baixo em relação a outras cidades do mesmo porte. Na minha concepção há concentração de renda e possivelmente falta de uma maior diversificação da economia ficando somente na dependência da agricultura com pouca agregação de valores.

É justo salientar que há algumas ações de diversificação a partir de um ecossistema de inovação, geração de *startups*, também um Arranjo Produtivo Local (APL) médico/hospitalares (meu tema de dissertação de mestrado). Existem algumas empresas oriundas da incubadora Educere (25

anos de existência) que a partir de dois ou três anos de incubação já são exportadoras, fato raro em outras empresas com tão pouca idade. Tais empresas por produzirem bens de maior valor agregado podem remunerar seus trabalhadores com salários acima da média do município.

Penso que para redução da pobreza nas fases emergenciais programas como Bolsa Família são fundamentais. Aqui em Campo Mourão em torno de 13 mil pessoas recebem o benefício e tais recursos causam resultados imediatos no combate à fome, ajuda o comércio especialmente o ramo alimentício, mas é necessário que haja portas de saída e com toda certeza tais beneficiados/as se pudessem encontrar um trabalho remunerado com o dobro do valor aceitariam por uma questão econômica.

Deve existir por parte do governo municipal maior número de projetos voltados para a economia familiar por causa dos vários benefícios já explanados na questão anterior. Alguma forma pública de incubação de indústrias e até prestadoras de serviços, incentivos para os recém-formados que queiram iniciar alguma atividade econômica e fundamentalmente é preciso diversificar a atividade econômica, pois grande parte da nossa produção agrícola é vendida ao exterior *in natura* e parte dessa produção deveria ser transformada por aqui. A região de Campo Mourão infelizmente é uma das mais pobres do Estado do Paraná e deveríamos seguir alguns exemplos da região sudoeste do nosso Estado em que a economia é mais diversificada, em que o IDH é mais alto e conseqüentemente há menos pobreza.

É fundamental fortalecer a educação pública em todos os níveis. O ensino fundamental é à base de tudo, mas é preciso dar continuidade. Os percentuais de quem termina o ensino fundamental e os que continuam no ensino médio e no ensino superior são muito inferiores e isso não é bom para a sociedade. Estudar não é somente para ganhar dinheiro, mas para tornar as pessoas melhores culturalmente, com mais sensibilidade, humanidade e solidariedade.

Diversificação produtiva com produção de maior valor agregado propicia melhores salários. Boa educação, programas de renda mínima e

acesso ao emprego vão contribuir fatalmente para a diminuição das desigualdades.

4) Como os economistas podem contribuir para melhorar as condições de vida da população?

Os economistas não são melhores nem piores do que outros profissionais de outras formações, porém possuem nas suas grades curriculares em maior ou menor grau, disciplinas de concentração histórica, matemática, política, formação teórica forte e plural.

Os economistas podem trabalhar para empresas públicas ou privadas, podem ser autônomos em diversas áreas da economia, podem fazer projetos de viabilidade econômica e podem abrir suas próprias empresas se desejarem e tiverem condições. Ninguém trabalha sozinho e sempre é importante no mínimo dialogar com pessoas de outras formações.

Os economistas por meio dos cursos ou orientações de finanças pessoais contribuem para que as pessoas tenham um gerenciamento mais adequado de suas finanças, não gastar mais do que ganham, evitar pagar juros de cheque especial e cartão de créditos que são exorbitantes, comprar aquilo que realmente é necessário, pagar suas contas em dia. O descontrole financeiro familiar é ruim para toda a sociedade, pois isso acaba inclusive adoecendo as pessoas. As empresas podem até ganhar nesse processo de educação financeira, pois vender para os descontrolados financeiros e não receber pelo que vendeu é prejuízo.

Os economistas podem também contribuir com a sociedade na área pública, com a elaboração de bons projetos econômicos e sociais e com atenção para a sustentabilidade. Podem contribuir para que as prefeituras aperfeiçoem o uso dos recursos arrecadados.

Os economistas podem também contribuir com os futuros empreendedores com projetos de viabilidade econômica antes do início dos

seus empreendimentos. É uma questão de custo benefício, ou seja, é preferível pagar um determinado percentual do valor que se pretende investir para o economista fazer um projeto de viabilidade econômica, exemplo de 2% a 5% do total do investimento e este talvez detectar e informar que tal ideia não será viável, do que iniciar o investimento no “escuro” e perder 100%.

Investimentos econômicos e financeiros na saúde preventiva, por exemplo, podem evitar gastos maiores com doenças mais graves que inclusive tiram pessoas da capacidade produtiva. Cálculos de recursos destinados a reparos necessários em qualquer área, atestam que são bem mais baratos que a destruição total que inclusive pode gerar mortes.

5) Atualmente o professor ocupa a chefia da Divisão de Extensão e Cultura no *campus* de Campo Mourão. Qual a importância da extensão para o desenvolvimento regional?

Eu sou um professor extensionista desde que ingressei na antiga Fecilcam em 1995 (hoje Unespar *campus* de Campo Mourão) e adquiri alguma experiência nestes anos todos. No ano de 2021, fui convidado pelo nosso diretor de *campus*, o professor Dr. João Marcos Borges Avelar, para chefiar a Divisão de Extensão e Cultura.

A extensão universitária é fundamental para completar o tripé ensino, pesquisa e extensão. E esta última parece ter um impacto direto e mais rápido que as outras duas que em médio prazo são imprescindíveis.

A extensão universitária precisa transformar o local em que está sendo aplicada e transformar também estudantes e coordenadores/as de projetos. Sempre penso que nós das universidades precisamos quando coordenamos projetos ouvir com muita atenção para depois falar. Tem muita coisa boa sendo feita nos locais que precisam ser aproveitadas e talvez aperfeiçoadas.

Existe uma quantidade enorme de demandas que podem e devem ser colocadas para as universidades e é necessário por parte dos governos estadual e federal investimentos para que professores/as extensionistas possam executar seus projetos e o momento é agora, com a obrigatoriedade dos 10% da grade curricular em extensão universitária.

A extensão universitária em conexão direta com as comunidades pode contribuir significativamente para o desenvolvimento regional. Com certeza teremos uma melhor relação sociedade/universidade, teremos estudantes mais sensíveis e teremos mais experiências de extensão universitária tanto transformando realidades nas comunidades como gerando novas pesquisas científicas que são também importantíssimas.

6

MULHERES NA LITERATURA:

Entrevista com a professora Doutora Wilma dos Santos Coqueiro

A professora Wilma dos Santos Coqueiro concluiu o curso de graduação em Letras na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM (atual Unespar), cursou especialização em Língua, Literatura e Ensino na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, mestrado em Letras na Universidade Estadual de Londrina – UEL e doutorado em Letras/Estudos Literários na Universidade Estadual de Maringá – UEM. Atua profissionalmente como professora no *campus* de Campo Mourão da Unespar, vinculada ao Colegiado de Letras e ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD.

Com uma trajetória consolidada no ensino, na extensão e na pesquisa, tem se dedicado as seguintes áreas: literatura contemporânea, literatura feminina, leitura e ensino. Possui 48 artigos publicados em periódicos de alcance regional e nacional, 29 capítulos de livros, e 11 livros. Participa com frequência de eventos e congressos, nos quais divulga suas pesquisas para a comunidade científica.

Coordena atualmente o projeto de pesquisa intitulado “Literatura, Sociedade e Mulher: Interfaces da Ficção”. Orienta dissertações de mestrado

no PPGSeD e já participou de inúmeras bancas de qualificação de mestrado e doutorado e banca de defesas. No ano de 2022 participou da comissão organizadora do IV Seminário Afro-[R]Existência e organizou o Webinário Alabardas, Alabardas!: Centenário de José Saramago & Um Memorial Feminino. A docente é uma das coordenadoras do clube de leitura, sem finalidade acadêmica, “Leia Mulheres”, de Campo Mourão.

ENTREVISTA

1) O foco principal das suas pesquisas é a Literatura, especialmente a ficção de autoria feminina. Explique, por gentileza, do que se trata este campo de pesquisa?

Desde a graduação em Letras, tenho me dedicado ao estudo da literatura, com ênfase na literatura de autoria feminina. Minha pesquisa de mestrado foi focada nos romances da autora modernista Rachel de Queiroz, enquanto no doutorado estudei autoras contemporâneas do século XXI, como Adriana Lisboa, Heloísa Seixas e Paloma Vidal. Embora ainda me dedique à literatura de maneira geral, incluindo autores mais canônicos como Mário de Andrade, José Saramago e Moacyr Scliar, meu interesse principal está na literatura de autoria feminina, especialmente na ficção.

Uma das questões que tenho investigado em minhas pesquisas é a representação das mulheres na literatura, analisando como as autoras retratam personagens femininas no seu processo de formação ao longo das narrativas. Além disso, procuro refletir sobre como escritoras, desde as mais canônicas, como Rachel de Queiroz, até as contemporâneas como Adriana Lisboa, Livia Garcia-Roza, Patrícia Melo e Cristiane Sobral, abordam

questões de gênero, sexualidade e poder, relacionados às experiências subjetivas femininas.

Considero o campo de pesquisa sobre a ficção de autoria feminina essencial na sociedade contemporânea, pois busca valorizar, analisar e compreender as obras literárias escritas por mulheres, evidenciando suas experiências subjetivas, suas vozes e suas contribuições para a literatura. Ao destacar perspectivas muitas vezes negligenciadas e marginalizadas, esse campo abrange uma ampla variedade de gêneros, estilos e períodos históricos, desafiando estereótipos de gênero. Nesse sentido, a pesquisa sobre a ficção de autoria feminina, certamente, abre espaço para que as mulheres compartilhem suas histórias e experiências singulares, contribuindo para discussões mais profundas sobre a representatividade social da mulher ainda hoje.

Para embasar minha análise das obras femininas, utilizo como fundamentação teórica os Estudos Culturais e a Crítica Feminista. Acredito que essas abordagens teóricas desempenham um papel crucial na análise das obras de autoria feminina, pois oferecem uma perspectiva interdisciplinar e crítica que considera as complexas relações entre gênero, cultura e poder. Essas abordagens teóricas possibilitam uma reflexão mais ampla sobre as obras, levando em conta não apenas seu conteúdo questionador das relações de poder impostas pela condição de gênero, mas também o contexto social, político e histórico em que as obras foram produzidas.

2) As mulheres estão cada vez mais presentes como autoras de livros no país, porém, infelizmente ainda há obstáculos que precisam ser superados. Como a professora avalia o cenário literário no Brasil e a participação das autoras mulheres?

As mulheres estão, de fato, conquistando cada vez mais espaço como autoras de livros no país, o que é um avanço significativo. Grandes editoras têm publicado obras de autoras mulheres. Contudo, pesquisas

recentes – como da professora Lúcia Osana Zolin, da Universidade Estadual de Maringá, realizada com romances publicados entre 2000 a 2015 em grandes editoras como Rocco, Record e Companhia da Letras, publicada em 2019 – indicam que 70% dos romances publicados nessas editoras ainda são de autoria masculina, restando 30% à autoria feminina, o que para a autora da pesquisa representa uma grande conquista, tendo em vista que até meados do século XX eram poucas as mulheres que conseguiam ultrapassar as limitações impostas ao gênero e publicar obras em grandes editoras. A pesquisa indica ainda que o acesso das mulheres à Educação Superior tem sido um fator crucial para a ascensão como escritora e o consequente reconhecimento literário. Isso é evidenciado pelo fato de a maioria das obras publicadas serem de escritoras brancas e de regiões específicas do país, como o eixo Rio-São Paulo, o que resulta em uma falta de diversidade de vozes femininas. Ademais, segundo dados da pesquisa, 100% das autoras publicadas são pertencentes a uma denominada elite intelectual como jornalistas, professoras universitárias, tradutoras e roteiristas, o que mostra que a presença de autoras negras no campo literário ainda é muito limitada.

Outro desafio recorrente é o acesso a oportunidades e recursos necessários à produção literária e divulgação das obras. Além da dificuldade de acesso à formação literária e da falta de investimentos e apoio financeiro para autoras, dificultando sua inserção no mercado editorial, elas ainda enfrentam a persistência de estereótipos de gênero na indústria editorial. Frequentemente, as mulheres são categorizadas em gêneros considerados “femininos” ou “leves”, enquanto temas considerados mais “sérios” ou “universais” são atribuídos predominantemente aos autores masculinos. Isso faz com que ainda hoje muitas autoras, como J. K. Rowling, famosa pela série de livros que compõem a saga de *Harry Potter*, tenham utilizado inicialmente um pseudônimo masculino – assim como muitas escritoras do século XIX como as irmãs inglesas Brontë – em plena década de 1990, buscando uma melhor recepção de seus livros no mercado editorial.

Isso evidencia que as mulheres contemporâneas também enfrentam desafios relacionados à visibilidade e ao reconhecimento de seu trabalho. Ainda há uma tendência a privilegiar e destacar mais as obras masculinas,

tanto no âmbito literário quanto no mercado editorial. Isso pode se refletir na menor divulgação e promoção das obras de autoras, na menor presença em prêmios literários e em menor espaço de resenhas e crítica especializada. Um exemplo que evidencia essa grande dificuldade de acesso das mulheres a certos espaços de poder é a representação feminina na Academia Brasileira de Letras, um dos locais de legitimação literária ainda hoje. Fundada em 1897, seu estatuto previa que apenas autores homens pudessem se candidatar a uma cadeira, o que levou a rejeição da primeira candidatura feminina, em 1930, de Amélia Beviláqua, levando ao entendimento de que o valor literário de um autor, considerado pela Academia, estava intrinsecamente relacionado ao gênero masculino. Apenas em 1977, parece ter havido uma reflexão da Academia quanto ao gênero quando Rachel de Queiroz teve sua candidatura aceita e obteve a vitória simbólica de ser a primeira mulher a adentrar em um espaço nitidamente machista. Ainda hoje, a representação feminina na Academia ainda é ínfima, sendo que dos 40 membros imortais, apenas 4 são mulheres: Ana Maria Machado, Rosiska Darcy de Oliveira, Fernanda Montenegro e Heloísa Buarque de Hollanda.

Essa falta de visibilidade das autoras é extremamente prejudicial, pois dificulta o acesso do público às suas obras, contribuindo para uma reprodução das desigualdades de gênero na seara literária. É fundamental superar esses obstáculos por meio do esforço coletivo. Isso inclui a promoção de políticas de igualdade de gênero no campo literário para garantir uma representação mais equitativa das autoras. Além disso, é necessário ampliar a visibilidade das autoras por meio de prêmios, festivais e eventos literários. Nesse sentido, acredito que pesquisadoras universitárias – como eu – têm um papel importante a desempenhar, ao se empenharem em trazerem autoras para o centro do debate por meio de publicações acadêmicas, trabalhos de iniciação científica e pós-graduação, bem como cursos de extensão que abordem a literatura de autoria feminina.

3) As suas pesquisas com relação a literatura afro-brasileira feminina também se destacam. Qual a contribuição das escritoras negras para a literatura brasileira?

De fato, mais recentemente, tenho realizado pesquisas e orientações de trabalhos de Iniciação Científica e Mestrado sobre a literatura afro-brasileira de autoria feminina, também conhecida como literatura negro-feminina. Acredito que as escritoras negras têm contribuído de forma extremamente significativa para a literatura brasileira. Suas obras trazem perspectivas únicas e enriquecem o cenário literário ao abordar questões relacionadas à identidade racial, ao racismo, à diáspora africana e às experiências das mulheres negras no Brasil.

A partir do feminismo interseccional, que surgiu com a terceira onda feminista, principalmente a partir dos anos 1990, compreendemos que a opressão de gênero afeta as mulheres de maneiras diversas. Nesse sentido, fatores como raça/etnia e classe social são determinantes nas opressões sofridas pelas mulheres em diferentes partes do mundo. As escritoras negras que tenho estudado, como Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Ruth Guimarães e Eliana Alves Cruz, têm escrito narrativas que desafiam os estereótipos criados pelo olhar do homem branco ocidental sobre as personagens negras e têm dado voz a histórias e vivências negras que foram silenciadas por muito tempo. Elas oferecem uma representação mais autêntica e plural da realidade brasileira, explorando temas como ancestralidade, resistência, empoderamento, racismo estrutural e a construção da identidade negra. Por meio do olhar das escritoras negras e de suas personagens, que sofrem várias opressões, mas resistem à condição de subserviência imposta, as leitoras negras têm se conscientizado do que significa serem negras em um país tão marcado pelo racismo estrutural como o Brasil.

Dessa forma, considero que a contribuição das escritoras negras para a literatura brasileira é fundamental para a construção de uma narrativa mais inclusiva e diversa, que reflita a multiplicidade de experiências e identidades

femininas presentes no país. Ao romperem com a invisibilidade e ressignificarem a história da literatura brasileira, elas nos presenteiam com histórias poderosas, críticas e subversivas. Por isso, as obras das autoras negras têm funcionado como forma de resistência e construção de um novo imaginário cultural.

4) As relações de poder historicamente dominantes do Brasil criaram uma série de obstáculos e impedimentos para a ascensão das autoras mulheres, restringindo os seus espaços. Tal fato foi ainda mais perverso com relação às mulheres negras e indígenas. O que tem sido feito para a valorização da literatura produzida por mulheres negras e indígenas?

No Brasil, por ser um país ainda marcado indelevelmente pela colonização europeia e pela escravidão que excluíram pessoas negras e indígenas dos espaços de poder, incluindo o da escrita literária e das artes de maneira geral, em relação às mulheres negras e indígenas essa opressão foi ainda maior. Poucas mulheres negras tiveram seus livros publicados e reconhecidos. A crítica literária acadêmica tem sido fundamental inclusive para resgatar autoras negras do século passado, como Maria Firmina dos Reis, que foram invisibilizadas, ou mesmo Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, do século XX, que têm sido amplamente estudadas e hoje já figuram em livros didáticos e concursos vestibulares em grandes universidades.

Em relação às escritoras indígenas, a situação é ainda mais grave, devido à pouca tradição da escrita indígena e aos aspectos orais de suas tradições culturais seculares. Mais uma vez, o acesso ao ensino superior tem sido um fator preponderante para o acesso dessas mulheres ao mercado editorial e à disseminação de suas obras, como é o caso de Eliane Potiguara, formada em Letras e que participa efetivamente de eventos literários e culturais relacionados à questão indígena.

Nos últimos anos, têm sido realizados esforços significativos para valorizar a literatura produzida por mulheres negras e indígenas. Diversas

iniciativas surgiram para promover e dar visibilidade a essas autoras, reconhecendo sua importância na literatura brasileira. A criação de prêmios literários específicos para escritoras negras e indígenas tem sido uma alternativa para destacar suas obras. Além disso, palestras e eventos dedicados à literatura produzida por essas mulheres proporcionam espaços de debate e divulgação entre as escritoras e o público leitor.

A criação de editoras independentes focadas em publicar obras de autoras negras e indígenas tem ampliado a circulação e o acesso a essas produções literárias. As antologias dedicadas à literatura feminina negra e indígena também têm sido lançadas, oferecendo espaços de divulgação e valorização. Um exemplo são os “Cadernos Negros”, que, desde 1978, tem dado visibilidade a autoras fundamentais, como Conceição Evaristo e Cristiane Sobral, por meio da publicação de antologias de contos e poesias de autores/as negros/as.

As pesquisas acadêmicas e os estudos críticos sobre a literatura produzida por mulheres negras e indígenas têm contribuído para a valorização e o reconhecimento dessas autoras. Essas produções incluem teses, dissertações e trabalhos de iniciação científica que discutem as contribuições literárias e sociais dessas autoras para debates de temáticas importantes da sociedade brasileira.

Movimentos de ativismo literário e clubes de leitura, como o “Leia Mulheres”, têm ampliado as discussões sobre a literatura de autoria feminina, incluindo a literatura negra e indígena. Esses espaços promovem a visibilidade das autoras, estimulam o intercâmbio de ideias e obras e trabalham pela inclusão dessas vozes nos espaços literários tradicionais.

Essas ações têm sido fundamentais para ampliar a visibilidade e o reconhecimento da literatura produzida por mulheres negras e indígenas. No entanto, é importante frisar que ainda há muito a ser feito para garantir uma representação mais equitativa e justa dessas autoras, bem como para superar os obstáculos enfrentados em um contexto marcado por desigualdades históricas.

5) Outro tema de interesse da professora é o combate ao feminicídio e a violência de gênero. Qual a relação entre literatura e violência de gênero?

Considero a relação entre a literatura de autoria feminina e a violência de gênero complexa e multifacetada, pois as escritoras frequentemente exploram e denunciam diversas formas de violência e opressão enfrentadas pelas mulheres. Autoras como Patrícia Melo, em “Mulheres empilhadas” (2019), e Tatiana Salem-Levy, em “Vista Chinesa” (2021), abordam temas como feminicídio e violência sexual, dando voz às experiências femininas e expondo a realidade da violência baseada no gênero.

No caso da literatura de autoria feminina negra, a representação da violência de gênero é profundamente enraizada nas experiências específicas dessas mulheres, que enfrentam formas interseccionais de opressão e marginalização. Autoras como Conceição Evaristo abordam o racismo, o sexismo e a violência sistêmica, revelando as formas sutis e explícitas dessas violências cotidianas. Por isso, acredito que essas narrativas não apenas sensibilizam e conscientizam a sociedade sobre essas questões, mas também desafiam estereótipos de gênero, questionam normas sociais e promovem a busca por justiça social.

A literatura de autoria feminina, de modo geral, oferece aos leitores e às leitoras uma visão crítica da violência de gênero, promovendo denúncia e conscientização desse problema que ainda afeta a sociedade brasileira.

6) Na sua avaliação qual é o papel da universidade, em especial da Unespar, para a valorização das autoras mulheres e o combate a violência de gênero.

Acredito que universidades públicas, como a Unespar, desempenham um papel fundamental na valorização das autoras mulheres e no combate à violência de gênero. Por meio de programas acadêmicos e espaços de pesquisa, as universidades podem promover a inclusão e visibilidade das

vozes femininas na literatura e em outros campos do conhecimento. Nesse sentido, são relevantes tanto a criação de disciplinas na graduação e na pós-graduação quanto a realização de cursos que abordem as produções literárias e intelectuais de mulheres.

Ademais, é pertinente o apoio à pesquisa e à publicação de trabalhos acadêmicos sobre essa temática, como a coletânea interdisciplinar de capítulos intitulada “Sociedade e Desenvolvimento: interfaces sociais, artísticas e culturais da condição feminina na atualidade”, organizada por mim e pelos professores Cleverson Molinari Mello e Pedro Leão da Costa Neto, com o apoio da Capes e do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD.

Além disso, as universidades, incluindo a Unespar que já tem realizado eventos com temáticas ligadas aos direitos humanos e às representações das minorias, podem promover mais eventos e palestras que destaquem as contribuições das autoras mulheres, criando espaços de diálogo e reflexão que contribuam para a ruptura com estereótipos de gênero e valorizem as perspectivas e trajetórias intelectuais femininas.

No que se refere ao combate à violência de gênero, considero que a universidade, especialmente a Unespar, desempenha um papel importante na conscientização e educação dos/as estudantes e da comunidade acadêmica em geral. Além disso, a Unespar, por meio do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) e da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos (PROPEDH), tem feito um bom trabalho importante por meio de projetos e eventos, que visam discutir a violência de gênero e conscientizar as mulheres que a violência simbólica, incluindo o assédio sexual e moral, é frequentemente observada nas universidades de maneira sutil, o que a torna silenciosa. Por essa razão, a universidade deve oferecer espaços de conscientização que encorajem as denúncias formais. Ao fornecer um ambiente seguro e inclusivo, onde as questões de gênero são discutidas criticamente, a universidade certamente contribui para a transformação social e a construção de uma sociedade menos opressiva.

7

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO:

Entrevista com o professor Doutor Adalberto
Dias de Souza

O professor Adalberto Dias de Souza cursou Administração na FECILCAM, fez especialização em Gerência e Estratégia Empresarial e em Capacitação Gerencial. Posteriormente cursou Mestrado em Estratégia das Organizações na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutorado em Geografia na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Atua no curso de Administração da Unespar em Campo Mourão, dedicando-se ao ensino, a pesquisa e a extensão. É coordenador do projeto de pesquisa “Empreendedorismo, inovação e gerenciamento empresarial: um estudo sobre utilização de técnicas e ferramentas de gestão em micro e pequena empresa da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná”. Foi coordenador do I CONLAPE - Congresso Latino-americano de Pesquisa e Extensão: A Universidade face aos desafios da sociedade contemporânea.

É autor de artigos científicos, capítulos de livro e livros. Orienta trabalhos de conclusão de curso e estudantes de Iniciação Científica. Também coordena atividades de extensão, dentre elas o projeto de pesquisa-extensão Projetek Unespar: modernização de ferramentas para a elaboração de projetos nas áreas de engenharias e arquitetura para a Unespar e para prefeituras de municípios de pequeno porte do estado do Paraná, em regiões de abrangência da Unespar.

ENTREVISTA

1) O número de brasileiros que se tornam empreendedores vem aumentando, sendo que uma parte é de empreendedores precarizados (uberização por exemplo). O empreendedorismo é uma saída viável para a crise no mercado de trabalho ou é uma atividade específica para pessoas com perfil empreendedor?

Sim, mas primeiramente é importante compreendermos o empreendedorismo no sentido mais amplo da palavra. No passado a palavra “empreendedorismo” não fazia parte oficial da língua portuguesa. No entanto, há séculos existem empreendedores espalhados pelo mundo afora, contribuindo com mudanças importantes para os seus países e para a humanidade.

Atualmente, o termo é cada vez mais utilizado para definir pessoas capazes de identificar problemas, oportunidades e, acima de tudo, encontrar soluções inovadoras para os problemas das pessoas. Mas, isto não significa que um empreendedor tenha que ser, necessariamente, um empresário e vice-versa.

É importante salientarmos que empreendedorismo é a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade. Pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gere mudanças reais e impacto no cotidiano das pessoas.

A introdução de um novo bem, a criação de um método de produção ou comercialização e até a abertura de novos mercados são algumas atividades comuns do empreendedorismo. Isso significa que “a essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios”.

Algumas pessoas consideram como empreendedor quem começa algo novo, que enxerga oportunidades que ninguém viu até o momento. Em outras palavras, é aquela pessoa que faz, sai da zona de conforto e da área de sonhos e parte para a ação.

Portanto, um empreendedor é um realizador que coloca em prática novas ideias, por meio de criatividade e inovação. Isso muitas vezes significa mudar tudo o que já existe. Aliás, aproveitar as oportunidades do mercado e transformar crises em oportunidade é uma característica do brasileiro.

No entanto, para se tornar empreendedor é necessário que o indivíduo possua ou desenvolva algumas características, pois ninguém nasce empreendedor. É o contato social e estudos que favorecem o desenvolvimento de talentos e características na personalidade que podem ser fortalecidos ao longo da vida. Assim, elencamos algumas peculiaridades encontradas nos diversos perfis de empreendedores:

- **Otimismo:** não confunda otimista com sonhador. O otimista sempre espera o melhor e acredita que tudo vai dar certo no final, mas faz de tudo para chegar aos seus objetivos. Isso inclui, claro, mudanças em seu negócio. Já o sonhador não enxerga riscos e, mesmo que seu negócio esteja falindo, continua fazendo a mesma coisa por acreditar cegamente que basta sonhar para realizar.
- **Autoconfiança:** acreditar em si mesmo é fundamental para valorizar seus próprios talentos e defender suas opiniões. Esse tipo de empreendedor costuma arriscar mais.
- **Coragem:** sem temer fracasso e rejeição, um empreendedor faz tudo o que for necessário para ser bem sucedido. Essa característica não impede que sejam cautelosos e precavidos contra o risco, mas os faz entender a possibilidade de falhar.
- **Persistência e resiliência:** motivado, convicto e entusiasmado, um bom empreendedor pode resistir a todos os obstáculos até que as coisas finalmente entrem nos eixos. Ele não desiste facilmente, supera desafios e segue até o fim, sempre perseverante.

Quem reúne essas características já está em vantagem quando o assunto é empreendedorismo, mas isso não é suficiente. Para ter sucesso como empreendedor em alguma atividade é fundamental ter um bom projeto, investir no planejamento e no Plano de Negócios, visando minimizar as chances de fracasso de sua ideia de negócio.

2) O professor tem se dedicado nos últimos anos em pesquisar o empreendedorismo e a inovação. Em um mundo em rápida transformação, marcado pelo processo de globalização, qual é o papel da inovação para as empresas?

O papel da inovação parece ser fundamental para a evolução das coisas, de um modo em geral. Mas, inicialmente, precisamos alinhar o conceito de inovação. Inovar é criar algo novo, é introduzir novidades, renovar, recriar. A inovação é sempre tida como sinônimo de mudanças e/ou melhorias de algo já existente. Assim, podemos dizer que as empresas que inovam tem mais facilidade para crescimento, mantêm-se alinhadas às novas tecnologias e tendências, reduzem custos, aumentam a produtividade, otimizam processos, melhoram a relação com clientes, entre outros fatores.

Para compreendermos o que é na prática inovação nas empresas, é fundamental salientarmos que o conceito não abrange apenas tecnologias futuristas ou invenções disruptivas. Na prática, qualquer boa ideia pode ser transformada em um produto ou serviço, criando valor superior aos clientes. É por isso que o processo de inovação depende diretamente da capacidade criativa dos profissionais.

Em suma, podemos dizer que a inovação nas empresas consiste em uma exploração bem-sucedida de novas ideias. Ela representa um artifício usado por empreendedores de todos os segmentos, que desejam oferecer uma experiência melhor aos seus *stakeholders*.

Além disso, o processo de inovação nas empresas também deve ser economicamente viável e escalonável. Ou seja, as soluções precisam satisfazer os clientes, porém com um custo razoável aos empreendedores.

Caso contrário, a ideia que anteriormente parecia boa pode se transformar em uma verdadeira “dor de cabeça” ao negócio, gerando custos desnecessários e comprometendo o desenvolvimento financeiro da organização.

Portanto, a inovação nas empresas não é apenas um diferencial competitivo, mas traz consigo muitos outros benefícios em investir em soluções inovadoras, que contribuem com o desenvolvimento das organizações. Entre as vantagens, destacam-se:

- **Adaptabilidade:** consiste na capacidade de enfrentar os desafios do mercado e ter respostas ágeis para possíveis situações inesperadas;
- **Resolução de problemas:** quanto mais inovadora é a empresa, melhor é o desempenho para resolver problemas, não apenas de forma rápida, mas também de maneira eficaz;
- **Exploração de novos mercados:** a inovação é capaz de ampliar a participação das empresas em novos nichos, alcançando um número maior de clientes e pessoas interessadas na organização;
- **Foco no cliente:** a inovação contribui com experiências muito mais proveitosas e agradáveis aos clientes e, conseqüentemente, o empreendimento não só é bem visto, mas também ganha em termos de *branding* e reconhecimento.

Diante de tantas vantagens, é possível compreender o porquê de a inovação nas empresas ganhar holofotes. Entretanto, muito mais do que uma boa ideia, é preciso investir em uma mudança na cultura organizacional dos empreendimentos, em prol da inovação.

3) Quais ações a Unespar *campus* de Campo Mourão realiza para estimular a inovação na região?

O fomento e o desenvolvimento de ações voltadas para a inovação tem sido uma preocupação constante na Unespar e em seus cursos há vários anos. Uma das mais importantes realizações neste sentido foi a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), já a partir do ano de 2019. O NIT da UNESPAR foi criado pela Resolução nº008/2019 - COU/UNESPAR como um Órgão Suplementar da Reitoria, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG).

Inicialmente, o NIT teve por finalidade a criação e o gerenciamento da política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, bem como a viabilização de estratégias e ações relacionadas à propriedade intelectual nos âmbitos interno e externo da UNESPAR. Neste sentido, desde seu início, o *campus* de Campo Mourão tem participado ativamente da proposição e da realização de ações vinculada ao NIT/UNESPAR.

Visando o estímulo constante à inovação, num passado mais recente (setembro/2022), a UNESPAR *campus* de Campo Mourão deu abertura à Agência de Inovação Tecnológica (AGITEC) local. A AGITEC/CM congrega atualmente os seguintes projetos: Hotel Tecnológico (HT), Empreende Mais Paraná e Projetek Unespar.

A AGITEC da UNESPAR conta ainda com Comitês específicos para finalidades diversas. São eles: Comitê de Propriedade Intelectual; Comitê de Parque Tecnológico; e Comitê de Transferência de Tecnologia.

4) O curso de Administração tem 40 anos de existência em Campo Mourão, quais são as principais contribuições do curso?

O curso de Administração da UNESPAR/CM tem contribuído de várias maneiras com o desenvolvimento local e regional. Neste sentido, o curso tem demonstrado possuir grande importância para a formação de pessoas para o mundo do trabalho local e para outras regiões do País. Para isto, a coordenação, os membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os docentes do curso, tem se mantido permanentemente atentos aos cenários e perspectivas da área de Administração.

De acordo com o NDE-ADM-CM (2023), as rápidas mudanças no setor educacional, aliadas ao avanço da educação à distância, têm desafiado os docentes do curso a revisitar as suas estratégias de engajamento. A evolução tecnológica e a crescente busca por flexibilidade por parte dos alunos reforçam a necessidade de continuar aprimorando a abordagem pedagógica dos diferenciais competitivos do curso.

O Curso de Administração da UNESPAR acredita no poder transformador da pesquisa e da extensão. Disciplinas de extensão, com uma abordagem equilibrada entre carga horária presencial e extraclasse, oferecem aos alunos um ambiente rico para aplicação prática do conhecimento adquirido, reforçando a conexão entre teoria e prática. Além disso, a inserção dos alunos em projetos de pesquisa desde o início da graduação não apenas proporciona uma experiência acadêmica enriquecedora, mas também contribui para a formação de profissionais críticos e aptos a lidar com desafios complexos.

A matriz curricular do Curso de Administração reflete a compreensão da diversidade de papéis que um profissional de administração pode desempenhar. Os três perfis de estudantes – gestor, pesquisador e empreendedor – oferecem opções customizadas para nossos alunos, abrindo caminho para carreiras bem-sucedidas e alinhadas com seus interesses.

Uma formação multifacetada e orientada para a aplicação prática coloca nossos graduados em evidência, aumentando sua empregabilidade e garantindo nosso compromisso com resultados tangíveis.

Fonte: Relatório do NDE do curso de Administração da UNESPAR/CM (2023).

5) Outro tema de pesquisa relevante na sua trajetória acadêmica é a viabilidade de pequenos municípios no Paraná. Os resultados divulgados no último censo demográfico indicam a continuação da evasão de população nos pequenos municípios. Tais municípios são viáveis? Que papéis sociais desempenham?

Entendemos que os pequenos municípios desempenham um papel de grande relevância social. Mas para um melhor entendimento deste papel é necessário também entender o ente município sob alguns aspectos diferenciados. Se considerarmos que, de acordo com IBGE (2023), atualmente o Brasil possui 5.570 municípios, distribuídos nas 27 unidades da federação, e que mais de dois terços (69%) têm até 20 mil habitantes, e ainda que os pequenos municípios concentram mais de 15% da população (32 milhões de pessoas), podemos dizer que tais localidades desempenham um papel de grande importância, principalmente para as pessoas que residem nestas pequenas localidades.

Quando se trata do assunto “viabilidade de pequenos municípios no Paraná”, a literatura tem demonstrado que em todos os processos político-administrativos que envolvem essa temática, em geral há posicionamentos favoráveis e contrários, considerando os prós e contras de tal processo.

Sob o ponto de vista jurídico e político-administrativo, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF 1988), município é um ente federado e também uma divisão administrativa dentro de um estado federado, ente este que é regido por lei orgânica própria. Sob este aspecto, conforme rege a Carta Magna de 1988, o município é reconhecido como ente federativo, reforçado em suas atribuições, prerrogativas e autonomia, mas também em responsabilidades.

Já sob o ponto de vista social, entendemos o município como sendo o espaço geográfico e social, onde pode se materializar as relações de poder entre a municipalidade e os cidadãos da localidade, bem como as relações sociais entre os indivíduos que habitam este espaço. Ainda sob esse aspecto, o município pode ser entendido como sendo o espaço onde ocorre a materialização da satisfação de várias das necessidades cotidianas dos cidadãos, por meio da obtenção da prestação dos serviços públicos, serviços estes que são providos e prestados pela municipalidade, através dos equipamentos e aparelhos públicos colocados à disposição dos cidadãos.

No entanto, num estudo relativamente recente Prediger *et all* (2022), mencionam que dos 5.570 municípios brasileiros, 1.253 possuem menos que 5.000 habitantes. Neste sentido se discute a PEC 188/2019, a qual propõe a

possibilidade de incorporação de parte destas localidades por municípios vizinhos e com maior capacidade financeira. Segundo os autores, a receita própria dos municípios é o segundo critério previsto na PEC. No entanto, o estudo aponta que os municípios com população inferior a 5.000 habitantes, arrecadam, proporcionalmente, mais que municípios do grupo com população maior e que as despesas administrativas destes municípios pequenos não são significativamente maiores, quando analisadas em termos de proporção.

Segundo os autores há que se considerar ainda que, em municípios menores, os direitos sociais dos cidadãos, previstos na Constituição Federal do Brasil (CF 1988), bem como o acesso a serviços e equipamentos públicos essenciais aos municípios são atendidos de forma mais eficiente, quando os valores per capita são considerados. Desta forma, podemos salientar ainda que os municípios pequenos também atuam como promotores do desenvolvimento ao incentivar as atividades econômicas e o fazem com investimentos maiores, proporcionalmente ao número de habitantes, mais uma vez usando o cidadão como unidade. Há que se considerarm também que os pequenos municípios são proponentes e executores de políticas públicas essenciais às pessoas e, assim sendo, entendemos que o lucro financeiro não deve se constituir em única medida de avaliação para definir a continuidade de existência de uma municipalidade ou a sua anexação em um município de maior porte, conforme aponta a PEC 188/2019.

Consideramos ainda ser necessário colocar em discussão o Pacto Federativo Nacional previsto na CF 1988 que, ao que parece, promove a concentração de recursos arrecadados e poder na capital Federal e distribui tais recursos de uma maneira que nos parece injusta, gerando guerras fiscais entre os Estados. Desta forma, os Estados são obrigados a implementar políticas para redução de arrecadação fiscal visando atrair empresas, pois atualmente a União retém, aproximadamente, 70% da arrecadação, enquanto os Estados Federados recebem 16% e os municípios, apenas 14%. Assim, nos parece ser necessário se discutir também a possibilidade de reforma no Pacto Federativo de 1988, dando prioridade aos municípios, para que eles possam administrar uma parcela maior do que é produzido na própria localidade (ADJORI/SC, 2014). Afinal, é no município onde as

pessoas vivem e acessam cotidianamente todos os serviços e equipamentos públicos necessários.

Um exemplo das distorções do atual Pacto Federativo de 1988 e da necessidade de revê-lo é o que ocorre em relação ao Estado do Paraná, pois enquanto o mesmo respondia por 5,9% do PIB brasileiro, ao mesmo tempo estava em 24º lugar no ranking nacional de repasses federais per capita. Entendemos que este Estado deveria ter um tratamento compatível com a importância de sua contribuição ao País, tratamento este que deveria ser dado também para outros Estados brasileiros (CATTANI, 2014).

Por fim, entendemos que a pergunta que talvez seja necessário ser feita para alguns governantes que criticam os pequenos municípios (na União e nos Estados Federados) é: a quem a estrutura do Estado e os tributos pagos pelos cidadãos ao município, ao Estado Federado e a União devem servir? Ao próprio Estado enquanto instituição ou aos cidadãos? Lançamos estes questionamentos para reflexão a respeito da importância das pequenas localidades como espaço social e não apenas como dimensão administrativa do Estado Central, pois se assim considerarmos, estaremos dando um passo significativo para um melhor entendimento e valorização do pequeno município.

Referências

Abertura da Agência de Inovação Tecnológica (Agitec) Unespar. 2022.

Disponível em: <https://campomourao.unespar.edu.br/noticias-periodo-eleitoral/campus-de-campo-mourao-da-abertura-a-agencia-de-inovacao-tecnologica-agitec>. Acesso em 24/07/2023.

ADJORI/SC. Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina.

(2014). Presidente da Adjori, Miguel Angelo Gobbi, abre Seminário Nacional do Pacto Federativo. 09/05/2014. pp. 1. Disponível em:

<http://www.adjorisc.com.br/pacto-federativo/presidente-da-adjori-miguel-angelo-gobbi-abre-semin%C3%A1rio-nacional-do-pacto-federativo-1.24068>.

Acesso em: 31/07/2023.

CATTANI. C. Hora de rever o pacto federativo. Disponível em:

<http://cicerocattani.com.br/artigo-hora-de-rever-o-pacto-federativo>. 2014.

Acesso em: 20/08/2023.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25/08/2023.

Empreendedor de sucesso. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/empreendedor-de-sucesso,868ed4cc32926710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 28/08/2023.

IBGE divulga relação da população dos municípios. in: Agência IBGE notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em 30/08/2023.

PREDIGER, Reneo Pedro. et all. **Os pequenos municípios brasileiros: viabilidade, direitos sociais e desenvolvimento local.** in: Redes (St. Cruz Sul, Online), v.27, 2022. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/17018>. Acesso em 20/09/2023.

Relatório do NDE do curso de Administração da UNESPAR/CM. Núcleo Estruturante Docente do curso de Administração da Unespar campus de Campo Mourão - NDE-ADM-CM. 2023.

8

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS:

Entrevista com a Professora Doutora
Claudia Chies

A professora Claudia Chies cursou a graduação em Geografia na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Posteriormente fez o mestrado e o doutorado na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua como professora e pesquisadora na Universidade Estadual do Paraná – Unespar, no *campus* de Campo Mourão, vinculada ao Colegiado de Geografia e ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD).

No campo da pesquisa tem se dedicado em estudar o envelhecimento da população, pessoa idosa e intergeracionalidade, as políticas públicas em suas múltiplas dimensões, o espaço público, a gestão territorial urbana e os processos migratórios contemporâneos. Orienta dissertações de mestrado, monografias de especialização e estudantes de iniciação científica.

Apresenta rica produção acadêmica difundida em artigos científicos, capítulos de livros, trabalhos e apresentações em eventos científicos de abrangência regional e nacional. Atualmente coordena o projeto de pesquisa intitulado: O envelhecimento da população de Campo Mourão – PR e as políticas públicas para os idosos.

ENTREVISTA

1) O Brasil, assim como alguns outros países no mundo, vive um período de transição demográfica marcado pela redução da natalidade e aumento da esperança de vida. Professora, quais são os efeitos do envelhecimento da população para o país?

O envelhecimento populacional é um fenômeno global, mais acentuado em alguns continentes e países, principalmente os mais desenvolvidos. Diversos fatores desencadearam a transição demográfica, destacando-se: os avanços na medicina, a melhora das condições sanitárias, a urbanização acelerada, a inserção da mulher no mercado de trabalho e nos meios educacionais, a popularização dos métodos anticoncepcionais, entre outros.

O envelhecimento da população gera mudanças no planejamento governamental no que se refere às prioridades em relação aos investimentos públicos. São fundamentais, por exemplo: investimento em políticas públicas no setor de saúde, que atendam às especificidades da população idosa; planejamento da infraestrutura urbana, que garanta condições de mobilidade; programas que propiciem educação, lazer e bem estar para a pessoa idosa; garantia dos direitos e prevenção à exploração econômica e à violência à pessoa idosa; planejamento e mudanças no sistema previdenciário, garantindo o direito à aposentadoria.

Como se observa, os impactos são diversos, o que requer de variados segmentos da sociedade o conhecimento e o envolvimento nas questões que são fundamentais para garantir um envelhecimento digno para a população.

2) A professora tem realizado pesquisas com relação a contribuição da aposentadoria para a economia de municípios de pequeno porte demográfico. Pode esclarecer os benefícios da aposentadoria para esses municípios.

De 2013 a 2017, período em que desenvolvi minha tese de doutorado, e nos anos seguintes (2018, 2019, 2020), me dediquei a pesquisar e a orientar pesquisas de especialização e iniciação científica que visaram avaliar os impactos das aposentadorias rurais especiais na dinâmica populacional e no desenvolvimento local de municípios com pequenas cidades. Realizamos o estudo em municípios das Regiões Noroeste e Centro Ocidental paranaense.

A partir dessas pesquisas é importante destacar que vários estudos têm demonstrado alcances valiosos que a aposentadoria rural apresenta, especialmente em municípios com pequenas cidades, dentre os quais destacamos:

- A revalorização dos idosos no meio rural, principalmente nas áreas mais pobres (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, FRANÇA; 2004, ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999).
- Saída de famílias da condição de pobreza (DELGADO; CARDOSO JR., 1999, BRANT, 2001).
- Redistribuição de renda inter-regional (DELGADO, 1997, GOMES; MCDOWELL, 1997, SCHWARZER, 2000).
- Fortalecimento da economia dos municípios, sobretudo os menores (FRANÇA, 2004, AUGUSTO; RIBEIRO, 2005, ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, CHIES, 2017; CHIES; SILVA, 2020).
- Funciona como programa de renda mínima aos idosos na área rural (BRANT, 2001, FRANÇA, 2002, 2004).

- Melhora nas condições de habitação dos aposentados (SCHWARZER, 2000, CHIES, 2017).
- Proporciona condições de acesso a serviços de saúde (SCHWARZER, 2000, ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999, CHIES, 2017).
- Melhora na alimentação dos aposentados (ALBUQUERQUE; LÔBO; RAYMUNDO, 1999).
- Mecanismo de permanência de aposentados e familiares no meio rural e/ou no município de origem (CHIES, 2017; CHIES *et al*, 2021).
- O empoderamento de mulheres aposentadas rurais (CORREIA; CHIES; FRANÇA, 2020).

Desse modo, planejar a previdência para garantir o direito à aposentadoria apresenta-se como uma das prioridades no planejamento governamental, tendo em vista o processo de envelhecimento populacional em curso e os alcances sociais dos benefícios previdenciários.

3) Envelhecer com qualidade de vida é um dos desafios da contemporaneidade, neste aspecto como as políticas públicas podem contribuir para o bem estar dos idosos?

As políticas públicas podem ser conceituadas como as ações, projetos e intervenções governamentais que visam contribuir e/ou modificar aspectos de segmentos da sociedade, contribuindo para seu desenvolvimento nas dimensões: econômica, política, educacional, cultural, entre outras.

Desse modo, as políticas públicas são essenciais na garantia da oferta de oportunidades da participação das pessoas idosas nos diferentes segmentos da sociedade a partir de práticas e de profissionais preparados para o atendimento das especificidades desse grupo. Sendo assim podem contribuir para: promoção à saúde; o envelhecimento ativo; melhora da qualidade de vida; socialização, entre outros.

4) Quais são, na avaliação da professora, as principais ações promovidas em Campo Mourão e região para atender os idosos.

Campo Mourão hoje apresenta programas e ações importantes voltados à qualidade de vida e promoção à saúde da população, com destaque para as pessoas idosas. O **Programa Campo Mourão Mais Ativa** destaca-se como a principal política pública, cujo objetivo geral é a saída dos participantes do sedentarismo. Dentro do programa tem-se o Projeto “**3ª Idade em Ação**”, que oferece atividades físicas especializadas e orientadas por profissionais de educação física a grupos distribuídos em diferentes partes do município, exclusivo para pessoas com mais de 60 anos. O referido projeto, vem acompanhado de várias ações incluindo aspectos de lazer, interação social, preparo físico, diagnóstico e prevenção de doenças, saúde mental, entre outros.

Para integração e socialização dos participantes do Projeto “3ª Idade em Ação”, é realizada anualmente a **Mostra de Talentos do Programa Campo Mourão + Ativa**. O evento contribui também para “a disseminação da cultura por meio da dança, música, contos, piadas e poemas”. O objetivo principal é que os participantes se tornem protagonistas, “sendo as estrelas do espetáculo” (FECAM, 2020). Ainda na mesma linha, são realizados os **Jogos Municipais para a Integração do Idoso**, com objetivo de “um momento de união, cooperação, competição, mas acima de tudo, mostrar a importância da convivência dos idosos em sociedade” (FECAM, 2020).

Verifica-se ainda no município de Campo a criação de leis que priorizam a saúde do idoso, como a **Lei nº 4.283**, de 18 de março de 2022, que institui a **Campanha Setembro Lilás** em prol da saúde do idoso no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. A Campanha “Setembro Lilás” é organizada pela Secretaria de Saúde de Campo Mourão. Outras ações da referida secretaria são: **Reuniões de hiperdia**, são reuniões mensais, onde são realizadas orientações para diversos cuidados com a saúde, teste de glicemia capilar e aferição da pressão arterial”; **Estratificação de Risco de Vulnerabilidade para os Idosos; Consulta no**

Ambulatório Médico Especializado para idosos frágil ou com risco de fragilização; Agenda médica e de enfermagem para o idoso; Uso da caderneta da Pessoa Idosa; Acompanhamento das condicionalidades de saúde pela equipe da Estratégia Saúde da Família; Atendimento médico semanal no Lar de Idosos, entre outras. As ações objetivam a prevenção, orientação e promoção da Saúde do Idoso.

Ainda destaca-se também a **Lei nº 4.274**, de 15 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Estatuto Municipal do Idoso, Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

A somatória dessas e de outras políticas públicas, contribuem para melhorar a qualidade de vida, promovem saúde e bem estar aos idosos. Porém é preciso lembrar que as políticas públicas devem sempre ser planejadas, avaliadas e readequadas, para que efetivamente atendam às demandas do grupo atendido.

5) Nas suas pesquisas atuais o tema políticas públicas aparece constantemente, sendo um objeto de análise e investigação. As políticas públicas estão realmente promovendo mudanças estruturais capazes de melhorar a vida das pessoas que mais precisam do Estado?

As políticas públicas são essenciais à população de modo geral, especialmente aos grupos mais vulneráveis. No entanto, temos duas classes principais de políticas públicas, as de governo e as de Estado. As políticas de Estado, que dizem respeito às ações, programas e projetos que tornam-se contínuos, garantidos por lei, são as que efetivamente proporcionam as mudanças estruturais e impactam efetiva e continuamente na vida das pessoas.

Já as políticas de governo são aquelas que perduram apenas no decorrer de um determinado governo, sendo descontinuadas, não alcançando mudanças socioeconômicas significativas. Desse modo, é essencial que os representantes públicos apresentem interesse social e que

assumam o compromisso de avaliar e promover a continuidade das práticas exitosas.

6) A professora está lotada no Colegiado do curso de Geografia na Unespar atuando no ensino, na pesquisa e na extensão. Qual a sua avaliação com relação ao papel da Geografia no mundo atual?

A Geografia é a ciência que analisa as relações entre a sociedade e a natureza, portanto é essencial para compreender as mais diversas configurações socioespaciais. No mundo atual, tão dinâmico, permeado por rápidas mudanças a partir da influência de variadas dimensões como: a econômica, a política, a ambiental, a cultural; a Geografia contribui principalmente para formar cidadãos críticos e ativos socialmente, capazes de compreender a dinâmica dos fenômenos dos espaços em que vivem, aqueles que de fato farão diferença nesses espaços.

Referências

AUGUSTO, Hélder dos Anjos. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, maio-agosto, 2005, Universidade Federal de Lavras, Brasil.

ALBUQUERQUE, Francisco José B.; LÔBO, Alexandre Lucena; RAYMUNDO, Jorge da Silva. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia Reflexão e Crítica**. vol.12, n.2, Porto Alegre, 1999.

BRANT, Roberto. Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 7-64, abr./jun. 2001.

CHIES, Cláudia. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar**: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. Tese de Doutorado apresentada ao

Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2017.

CHIES, Claudia; SILVA, Ana Cristina. Aposentadoria rural especial e a dinamização do comércio local em Boa Esperança - PR. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 24, p. 1-28, 2020.

CHIES, Claudia *et al.* Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. **Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino - GEOMAE** (Online), v. 12, p. 446-462, 2021.

CORREIA, Jocimara Maciel; CHIES, Claudia; FRANÇA, Fabiane Freire. O empoderamento das mulheres aposentadas rurais: estudo do município de Mamborê - PR. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 11, p. 134-151, 2020.

DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO JR. José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão Nº 688).

DELGADO, Guilherme Costa. **Previdência rural**: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, 477).

FRANÇA, Álvaro Sólon de. **Previdência social e a economia dos municípios**. 5ª ed. Brasília: ANFIP, 2004, 224 p.

FRANÇA, Álvaro Sólon de. **Previdência Social e a economia dos municípios**. Brasília, DF: ANFIP, 2002. 430 p.

GOMES, Gustavo Maia; MAC DOWELL, Maria Cristina. **Os elos frágeis da descentralização**: observação sobre as finanças dos municípios brasileiros. In: Seminário internacional sobre federalismo e governos locais. La Plata, Argentina, 1997.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** — evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Rio de Janeiro, 2000.

9

AGREGAÇÃO DE VALOR NA AGRICULTURA FAMILIAR: Entrevista com a Professora Doutora Andréa Machado Groff

Engenheira Agrônoma de formação, a professora Andréa Machado Groff possui graduação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestrado em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutorado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com período *sandwich* no *Institut National de la Recherche Agronomique* – INRA, em Clermont-Ferrand, na França.

Está vinculada ao curso de Engenharia de Produção Agroindustrial na Universidade Estadual do Paraná - *campus* de Campo Mourão. É pesquisadora do Grupo Multidisciplinar de Pesquisas Agroindustriais - GMPAgro, coordenadora local da Comissão de Mulheres do Agro da FAEP, Conselheira Técnica da Agro9 Incubadora e Chefe da Divisão de Planejamento do *Campus*.

Atualmente é coordenadora do projeto de pesquisa: Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, no qual busca identificar formas de agregação de valor para os produtos originados da agricultura familiar, e orienta o projeto de iniciação científica: Práticas agrícolas sustentáveis na produção de grãos do município de Campo Mourão, que visa descrever as práticas sustentáveis realizadas por produtores de grãos do município.

ENTREVISTA

1) A agricultura é, historicamente no Brasil, uma atividade importante para a economia e para a sociedade. A agricultura passou e continua passando por inúmeras modificações técnicas, isto é ainda mais evidente no período atual. Para qual direção caminham, na visão da professora, as mudanças no campo no país?

A agricultura é uma atividade de grande importância histórica e o país é destaque e referência em diversas cadeias produtivas. As várias tecnologias adotadas no campo contribuíram e contribuem para a melhoria da eficiência dos processos produtivos e da qualidade dos produtos agrícolas.

Quanto à direção das mudanças penso que caminham em busca de soluções que possibilitem lidar com os desafios existentes no campo tais como a mineração dos diversos dados gerados, a sustentabilidade dos processos produtivos e a gestão das propriedades rurais.

2) A região de Campo Mourão se destaca economicamente pela produção agrícola, no entanto, uma boa parte da produção ainda é vendida *in natura* ou com pouco valor agregado. Este cenário está mudando ou ainda é um desafio a ser superado?

Agregar valor não é tão simples. Antes de pensarmos em estratégias para agregar valor aos produtos agrícolas precisamos compreender as mudanças no comportamento dos consumidores, o que eles percebem como valor e quais são as principais tendências de consumo. Estudos demonstram

maiores tendências de consumo para produtos com conveniência e praticidade, porém, questões relacionadas à saúde, bem-estar, sensorialidade, sustentabilidade, ética e confiabilidade também são importantes. Tais tendências demonstram oportunidades de agregação de valor tanto aos produtos in natura como aos produtos processados.

Na minha opinião, o desafio está no desenvolvimento de estratégias que possam contribuir para incrementar o valor percebido pelo consumidor. Ações como a valorização da compra local e de produtos regionais, obtenção de certificações, desenvolvimento de novos produtos são importantes, no entanto, também precisamos aproximar consumidores da realidade do produtor rural e melhorar a comunicação no agro, valorizando o trabalho dos produtores rurais.

3) Atualmente se valoriza e se fala muito sobre o agronegócio, porém, parece que não existe a mesma preocupação com a agricultura familiar. De acordo com as suas pesquisas qual é a importância da agricultura familiar?

O agronegócio é um termo amplo, que surgiu da tradução de *agribusiness*, conceito criado por Davis e Goldberg em 1957, que compreende os diversos segmentos incluindo os agricultores (familiares ou não). Milhares de produtores rurais estão integrados às cadeias produtivas, comprando insumos, contratando serviços e fornecendo produtos para venda direta aos consumidores e matérias-primas para agroindústrias.

No que se refere especificamente aos agricultores familiares estes representam a maioria no Brasil, no Paraná e em Campo Mourão fornecendo diversos alimentos. Na minha opinião, é importante que ações que promovam a maior eficiência dos processos no campo e o desenvolvimento da agricultura sejam ampliadas.

4) Diferente dos grandes produtores rurais capitalizados, cuja produção está direcionada principalmente para a exportação; os pequenos produtores, pouco capitalizados, são os responsáveis por muitos dos alimentos que vão para a mesa da população. Como é possível melhorar a renda dos pequenos agricultores?

Para a melhoria da renda precisamos considerar as exigências dos consumidores, identificar nichos de mercado e aproximar consumidores da realidade dos produtores rurais, a fim de que os produtos produzidos pelos pequenos agricultores, sejam valorizados pelos consumidores. Não podemos pensar só nos alimentos diferenciados como alternativa de renda, mas, também em serviços como o turismo na propriedade rural, por exemplo.

É necessário também considerar questões culturais e a vocação regional para que possamos obter maior eficiência produtiva nas pequenas propriedades. Pesquisas a fim de identificar a vocação agrícola das pequenas propriedades/ da região são importantes e podem direcionar as políticas agrícolas.

Outro aspecto importante para a melhoria da renda dos agricultores é a diversificação das atividades e a busca de assistência técnica para a gestão adequada da propriedade rural, que serve de base para a tomada de decisões, para a otimização dos processos produtivos e adoção de práticas/tecnologias que possibilitem melhores resultados, maior eficiência nos processos e obtenção de produtos de qualidade. Temos vários casos de sucesso em pequenas propriedades, um exemplo é o cultivo do maracujá no município de Corumbataí do Sul.

Cabe destacar que, no território, temos importantes instituições que tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura dando suporte para a adequada gestão das propriedades, manejo das lavouras e dos animais entre outras ações que promovam maior renda aos agricultores.

5) Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores familiares é a sucessão da propriedade. Muitos jovens preferem mudar para as cidades em busca de um trabalho urbano do que continuar no campo. O que precisa ser feito para mudar este cenário?

O planejamento da sucessão familiar é de extrema importância para os agricultores e é um tema que precisa ser amplamente discutido nas famílias a fim de minimizar dificuldades futuras. Para promover a permanência dos jovens no campo, é necessário pensar em alternativas rentáveis para a propriedade rural e em ações que valorizem o trabalho no campo.

O cenário está mudando, nos últimos anos, os temas sucessão familiar e a participação das mulheres no agro estão em evidência. Entre as ações destaco a presença destes temas em diversos eventos do agro, o papel de muitas organizações em despertar a importância do planejamento da sucessão familiar e da inserção das mulheres no agro, a criação de comissões de Mulheres do Agro e dos programas Pronaf Jovem, Pronaf Mulher e de capacitação de jovens e de mulheres. Penso que ações deste tipo contribuem para a mudança deste cenário.

6) Como o curso de Engenharia de Produção Agroindustrial, no qual a professora é docente, tem contribuído para a agregação de valor para os produtos da agricultura?

O Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial tem como forças a formação de profissionais capacitados a atuarem na gestão de processos, com vistas a melhor utilização dos recursos, produção de produtos de qualidade entre outras ações. Por meio da realização de pesquisas, de estudos de caso, de ações de extensão e participação na empresa Jr. do Curso, os acadêmicos tem contato com a realidade de empresas prestadoras

de serviços, indústrias, propriedades rurais e organizações que dão suporte à agricultura.

Com frequência, discutimos com os acadêmicos as competências do Engenheiro de Produção Agroindustrial, as diversas oportunidades de atuação deste profissional e as suas possíveis contribuições para a agregação de valor aos produtos/serviços envolvidos na agricultura.

Os estudantes e egressos do Curso, ao realizarem pesquisas de mercado, elaboração de planos de negócios e de marketing, suporte na gestão das empresas, desenvolvimento de novos produtos e identificação de estratégias de agregação de valor contribuem para o desenvolvimento da agricultura.

10

HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA:

Entrevista com o Professor Doutor Bruno Flávio Lontra Fagundes

Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o professor Bruno Flávio Lontra Fagundes realizou mestrado em Estudos Literários e doutorado em História (UFMG). Em 2013, realizou o Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente está vinculado ao Colegiado do curso de História na Unespar, ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, no qual atuou como coordenador, e ao Mestrado em História Pública – PPGHP.

É autor de artigos científicos publicados em revistas, capítulos de livro e livros. Orienta estudantes de mestrado no PROFHISTÓRIA e no Mestrado em História Pública. Participa ativamente em eventos científicos divulgando o resultado das suas pesquisas no Brasil e no exterior. Atua como revisor de periódicos e de projetos de fomento. Na pesquisa se dedica as seguintes áreas: História, Literatura e Memória Cultural; História do Brasil República; Teoria e Filosofia da História; e Modernização de Linguagem de Textos de Época.

ENTREVISTA

1) Em qual projeto de pesquisa o professor está envolvido atualmente? Quais são as possíveis contribuições científicas?

Atualmente o projeto de pesquisa que desenvolvo tem o título *Histórias Públicas: controvérsias e debates impertinentes mas necessários*. É sobre o campo da História Pública, um campo de conhecimento dentro da área de História ainda em processo de expansão/consolidação, com muita resistência interna na comunidade de profissionais de História, mas que, aos poucos, vai se firmando e conquistando adeptos. Minha pesquisa basicamente é ler e estudar textos de Língua Inglesa e traduzi-los, porque eu pesquiso a chamada “tradição anglo-saxã” da História Pública – que são textos de autores e autoras norte-americanos, ingleses, canadenses, australianos, finlandeses etc. As contribuições científicas, penso eu, são para a área da História, questionando a relação enclausurada dos cientistas da História consigo mesmos e firmando o princípio de que todos e todas têm e sabem história, com o que os historiadores profissionais têm de lidar. As contribuições vêm da relação de historiadores com outros públicos não especialistas em História e a atenção a ser dada a todos e todas aqueles (as) que têm passado e memória, valorizando as memórias e histórias tanto acadêmicas como não-acadêmicas.

2) A Literatura também é uma área de interesse de pesquisa do professor, cujos resultados já foram publicados em revistas científicas. Qual é a relação entre a Literatura e a História nas suas pesquisas?

Esta não é com certeza uma resposta fácil. A história trata de realidades passadas, que são realidades pensadas, construídas, imaginadas a partir de documentos, de tudo e sobre tudo que ficou do passado. O costume é dizer que a História se faz com documentos, e que a literatura está dispensada disso, sendo só imaginação pura. Isto é um erro, porque toda literatura é também histórica. Como reconstruir o passado histórico tem um componente imaginativo de construção e como a literatura envolve personagens, situações, processos, como realidades também construídas, elas podem se ajudar. Mesmo que seja realidade fictícia feita sem documentos, mesmo assim a literatura pode auxiliar a história naquela construção da realidade histórica que existiu e que os historiadores fazem. Entre a literatura e a história há uma diferença: a História só existe por meio de documentos, mas na hora de narrar a realidade, a literatura pode entregar muito à história enredos de vida que são imaginados e nem tanto descobertos – como costumamos dizer que é coisa da história. E o historiador pode usar destes enredos literários para ajudar a reconstruir seu passado que por suposição é um passado que existiu. Além de tudo, a literatura também é histórica, e nenhuma literatura dispensa documentos e registros de sua época. A literatura também é documento de uma época, de um lugar, de um tempo.

3) O professor realizou o doutorado com período sanduíche na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* de Paris. Como foi a experiência de estudar na França e o que ela agregou na sua formação?

Olha, vivi 9 meses em Paris estudando na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, mas fui orientado/supervisionado por uma professora de outra escola, a Escola Prática de Altos Estudos, a *École Pratique des Hautes Études*, a professora Anne-Marie Thiesse. Ela foi uma pessoa que fez uma grande diferença para mim, para minha tese, pela amizade, boa vontade e conhecimento, porque ela era uma autoridade internacional nos estudos de Nação, nacionalidade,

nacionalismos, e também de Etnografia. Muitos (as) colegas brasileiros (as) que iam fazer doutorado sanduíche no estrangeiro – não sei se hoje é assim ainda - sempre reclamavam que nunca haviam encontrado com o orientador ou a orientadora. Nunca! Passavam às vezes 1 ano e nunca encontraram seu ou sua supervisor(a). Estes professores (as) são todos e todas muito estrelas intelectuais e deixavam muitos dos colegas que iam para o Exterior “na mão”. Eu fui uma exceção, graças a deus, porque a Professora Anne-Marie me atendia sempre que eu precisava, me respondia *emails* sempre, me recebia na casa dela e, melhor de tudo, ela me orientava, além de leitura de textos, pedindo para assistir filmes, ir a exposições de museu, ir a festivais de Antropologia na praia – o que eu não conseguia ir, claro, porque ficava muito caro. Conseguia ir a Museus e Filmes, mas na praia ficaria caro. Além do que, em Paris tive oportunidade de consultar bibliotecas fantásticas, com exemplares de livros/textos do mundo todo, fora o acesso a portais internacionais de revistas. Além dos seminários e eventos que tive a oportunidade de assistir com muitos (as) personalidades que eram autores e autoras em meus textos, etc. A professora Anne-Marie Thiesse me fez descobrir a dimensão etnográfica do meu trabalho, porque eu estudei a construção da literatura de João Guimarães Rosa como um escritor que viajava pelo Brasil em busca de material literário nas realidades da vida sertaneja, e que, a partir daí, figurava o Brasil e uma cultura nacional brasileira em seus enredos literários. Nunca havia me passado pela cabeça que o que Guimarães Rosa fazia houvesse sido um trabalho de etnógrafo. Dessa abordagem a professora Anne-Marie me avisou, me alertou – o que me abriu muitas portas interpretativas. O que a Professora Anne-Marie fez de meu trabalho de tese agregou a ele uma abordagem do trabalho literário e das viagens etno-geo-literárias de Guimarães Rosa como um trabalho de um etnógrafo, algo que eu nunca tinha pensado. Foi uma experiência intelectual e de convívio muito legal, diria inesquecível. Fora, claro, uma história viva em Paris, um lugar com muito patrimônio que te faz sentir como que deslocado no tempo. Poder andar e passear nestes lugares acabam te ensinando alguma coisa. É muito incrível e foi assim para mim.

4) O professor foi o coordenador do PROFHISTÓRIA, um programa de mestrado que tem como objetivo a formação continuada de professores. Quais são os principais desafios para a qualificação dos professores de História que atuam na educação básica?

Sim, o professor que quiser continuar se formando, estudando, vem para o Profhistória, aqui em Campo Mourão, sem precisar ir a Maringá, Ponta Grossa e Curitiba, cidades onde têm Profhistória no Paraná. Sobre os desafios, o principal, a meu ver, é a dificuldade de professores conciliarem suas horas de trabalho na escola – que não são poucas e são bastante cansativas – com as quintas e sextas-feiras na universidade, nos dias do curso do Mestrado. Isto envolve deslocamentos e mais cansaço. O Estado do Paraná, inclusive, não estimula em nada os professores fazerem formação, não dão licença, cursos EAD valem tanto quanto cursos presenciais, estão informatizando tudo, não oferecem ascensão na carreira etc., e assim mesmo, profissionalmente, os professores vêm fazer o curso. Os desafios não estão em que eles não consigam acompanhar aulas por causa de defasagem intelectual, porque eles trazem um saber da experiência muito importante para nós da universidade. É uma grande troca. Mas os desafios são mais práticos mesmo, de deslocamentos para Campo Mourão, de falta de apoio governamental para fazer a formação, etc etc. No mais, para nós na universidade é desafiador ao mesmo tempo que realizador, quando vemos que, apesar de todas as adversidades, ainda assim mesmo conseguimos formar.

5) Recentemente o projeto de doutorado do PROFHISTÓRIA foi aprovado pela CAPES. Trata-se do primeiro programa de doutorado na Unespar. Como ele contribuirá para a região de Campo Mourão?

Acho que o doutorado vai contribuir, acima de tudo, porque vamos oferecer para a região um curso que credenciará, com diploma de doutor, professores que ambicionam trabalhar em Ensino Superior, onde você só

pode se efetivar se tiver doutorado – e se houver concursos também, claro. Penso que o Doutorado vai contribuir para a região de Campo Mourão porque imagino e espero que muitos professores que, há muito tempo, esperam doutorado, finalmente poderão ter uma formação de ponta. Temos sido solicitados por muitas pessoas, muitos egressos de nosso próprio mestrado, para contar sobre quando e como será o doutorado. Para Campo Mourão e região, o Doutorado favorecerá àqueles que querem um doutorado na área poderem fazer o curso com mais baixos custos, de maneira mais acessível, porque não precisarão de se deslocar para cidades mais distantes, como Maringá, Londrina, Ponta Grossa ou mesmo Curitiba. Do ponto de vista intelectual, todos têm condição de estarem num doutorado, se se prepararem bem e atenderem aos requisitos e condições feitas pelo exame de seleção. O doutorado do Profhistória em Campo Mourão, na UNESPAR, a meu ver deveria deixar orgulhosos a todos e todas mourãoenses.

SOBRE OS(AS) ENTREVISTADOS(AS):

Adalberto Dias de Souza

Graduado em Administração e Doutor em Geografia. Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Professor do Colegiado de Administração na UNESPAR – *campus* de Campo Mourão.

Contato: adalberto.dias@unespar.edu.br

Andréa Machado Groff

Graduada em Agronomia e Doutora em Agronomia. Pesquisadora do GMPAgro - Grupo Multidisciplinar de Pesquisas Agroindustriais. Professora do Colegiado do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial na UNESPAR – *campus* de Campo Mourão.

Contato: andrea.groff@unespar.edu.br

Bruno Flávio Lontra Fagundes

Graduado e Doutor em História. Professor do Colegiado de História, do Programa de Pós-Graduação em História Pública e do PROFHISTÓRIA, no *campus* de Campo Mourão da UNESPAR.

Contato: bruno.fagundes@unespar.edu.br

Claudia Chies

Graduada e Doutora em Geografia. Chefe da Seção de Pós-graduação. Professora do Colegiado do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), no *campus* de Campo Mourão da UNESPAR.

Contato: claudia.chies@unespar.edu.br

Everton José Goldoni Estevam

Graduado em Matemática e Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Professor do curso de Matemática no *campus* de Campo Mourão da UNESPAR, e Coordenador do Colegiado de Matemática.

Contato: everton.estevam@unespar.edu.br

Fabiane Freire França

Graduada em Pedagogia e Doutora em Educação. Diretora de Direitos Humanos (DDH) da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos da UNESPAR. Professora do Colegiado do Curso de Pedagogia, do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Contato: fabiane.freire@unespar.edu.br

Jorge Leandro Delconte Ferreira

Graduado em Ciências Contábeis e Doutor em Economia. Coordenador e professor no Colegiado de Ciências Contábeis e professor do Programa de

Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), no *campus* de Campo Mourão da UNESPAR.

Contato: jorgel.ferreira@unespar.edu.br

Larissa de Mattos Alves

Graduada em Turismo e Meio Ambiente e Doutora em Geografia. Coordenadora do NUPEM e professora do Colegiado do curso de Turismo na UNESPAR – *campus* de Campo Mourão.

Contato: larissa.mattos@unespar.edu.br

Sérgio Luiz Maybuk

Graduado em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Econômico. Chefe da Divisão de Extensão e Cultura da UNESPAR – *campus* de Campo Mourão. Professor do Colegiado do curso de Ciências Econômicas.

Contato: sergio.maybuk@unespar.edu.br

Wilma dos Santos Coqueiro

Graduada em Letras e Doutora em Letras/Estudos Literários. Professora do Colegiado do curso de Letras e no Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED) na UNESPAR – *campus* de Campo Mourão.

Contato: wilma.coqueiro@unespar.edu.br

Fábio Rodrigues da Costa (Organizador)

Chefe da Divisão de Pesquisa e Pós-graduação do *campus* de Campo Mourão. Professor do Colegiado do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), na UNESPAR.

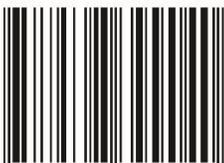
Contato: fabio.costa@unespar.edu.br

O livro apresenta entrevistas realizadas com pesquisadoras e pesquisadores vinculados a Universidade Estadual do Paraná - *campus* de Campo Mourão, e procura demonstrar a importância da pesquisa e o seu valor social. O livro também procura estimular os jovens a envolverem-se com o mundo da pesquisa acadêmica. Um mundo onde a curiosidade e a busca por respostas geram novos conhecimentos que podem mudar para melhor a vida das pessoas.

O objetivo do livro foi dialogar com professoras e professores que possuem projetos de pesquisa consolidados e divulgar para a comunidade as suas principais contribuições científicas. É válido mencionar que as pesquisas produzidas na Unespar extrapolam os limites regionais e contribuem para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

ISBN: 978-85-68399-04-0

CDL



9 788568 399040

The logo of Unespar, featuring a stylized 'U' composed of three horizontal bars in blue and green, with the text 'EDUNESPAR' in green below it.

EDUNESPAR